



# TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

370

**Que país é este?  
Dimensões da Desigualdade Social**

**Fernando Nogueira da Costa**

Novembro 2019

# QUE PAÍS É ESTE?

## Dimensões da Desigualdade Social

Fernando Nogueira da Costa

[HTTPS://FERNANDONOGUEIRACOSTA.  
WORDPRESS.COM/](https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/)

---

## Que país é este? Dimensões da Desigualdade Social

Fernando Nogueira da Costa

Professor-Titular

Instituto de Economia – UNICAMP

<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>

E-mail: [fercos@eco.unicamp.br](mailto:fercos@eco.unicamp.br)

**Resumo:** O objetivo deste Texto para Discussão é reunir dados em defesa da hipótese de a desigualdade imperante na sociedade brasileira se tornar mais compreensível ao ser analisada como um sistema complexo configurado a partir de interações de múltiplos componentes. A supremacia branca atua contra os descendentes de escravos ainda por conta da herança histórica patriarcal, racista, misógina e homofóbica. A vocação agrícola também é imperante como fosse um destino contra o desenvolvimentismo industrializante. Todos esses componentes se misturam com concentração fundiária, desigualdade educacional, acesso a serviços públicos, entre outros fatores concentradores da renda. É necessário ampliar o foco da análise de fluxos de renda para o levantamento dos estoques de riqueza. Ainda sem dispor de informações sobre a riqueza imobiliária, este trabalho de investigação pode contribuir para dar conhecimento de dados sobre a riqueza financeira. Muitos pesquisadores da desigualdade social brasileira, não especialistas em Finanças, os desconhecem.

**Palavras-chave:** Distribuição da Renda – Concentração da Riqueza

**JEL Classification:** I3 - *Welfare and Poverty* - I32 - Measurement and Analysis of Poverty

### Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Introdução .....</b>  | <b>3</b>  |
| <b>Dimensões da Vocação Agrícola de País Urbanizado e Diversificado.....</b>           | <b>6</b>  |
| <b>Fluxos de Rendimentos Familiares e Variação Patrimonial .....</b>                   | <b>12</b> |
| <b>Desigualdade Educacional e de Renda: Retroalimentação.....</b>                      | <b>17</b> |
| <b>Classes de Renda Familiar com Integração de Dados da PNADC e das DIRPF .....</b>    | <b>21</b> |
| <b>Estratificação Social da Carteira de Crédito para Pessoa Física .....</b>           | <b>26</b> |
| <b>Fluxos de Renda Real e Valores Atribuídos a Capital Fictício.....</b>               | <b>31</b> |
| <b>Moedas Paralelas: Disputa entre Mercado e Estado sob o olhar da Comunidade.....</b> | <b>35</b> |
| <b>Desigualdade de Gênero em Finanças.....</b>   | <b>39</b> |
| <b>Bibliografia .....</b>  | <b>43</b> |

## Introdução

Recentemente, foram publicadas uma série de pesquisas reveladoras da desigualdade social do País, a maior característica do Brasil. O que é ruim sempre pode piorar.

A diferença entre os rendimentos obtidos pelo 1% mais rico e dos 50% mais pobres no ano de 2018 é recorde na série histórica da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua) do IBGE, iniciada em 2012. A desigualdade aumentou porque o rendimento real do trabalho da metade mais pobre caiu ou subiu bem menos se comparado ao dos mais ricos, sobretudo nos últimos anos.

O rendimento médio mensal obtido com trabalho do 1% mais rico da população brasileira atingiu, em 2018, o equivalente a 33,8 vezes o ganho obtido pelos 50% mais pobres. No topo, o rendimento médio foi de R\$ 27.744, enquanto na metade mais pobre, de R\$ 820.

O aumento da desigualdade reflete a recessão do mercado de trabalho nos últimos anos. Impacta principalmente quem vive de ocupações menos formais em relação a aqueles com carteira de trabalho ou funcionários públicos.

Pelos cálculos da PNADC, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos (de pessoas de 14 anos ou mais) em 2018 ficou em R\$ 2.234, ainda abaixo do maior valor da série, os R\$ 2.279 apurados em 2014. Desde o início da PNADC, coincidindo com o aumento na desigualdade após o fim da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), houve uma diminuição no total de domicílios atendidos pelo Bolsa Família, de 15,9% no total do país em 2012 para 13,7% em 2018.

A extrema concentração de renda no Brasil revela os 10% da população com os maiores ganhos deterem, no ano de 2018, 43,1% da massa de rendimentos (R\$ 119,6 bilhões). Em contrapartida, os 10% mais pobres ficavam com apenas 0,8% da massa (R\$ 2,2 bilhões).

A disparidade de renda no Brasil é também regional, com o Sudeste – com pouco mais de 40% da população – concentrando uma massa de rendimentos (R\$ 143,7 bilhões) superior à de todas as outras regiões somadas. Os três estados da região Sul, com cerca da metade da população do Nordeste, tem massa de rendimentos maior se comparada à dos nove estados nordestinos (R\$ 47,7 bilhões ante R\$ 46,1 bilhões).

A exceção na piora foi o Nordeste, onde a desigualdade de rendimentos caiu porque as pessoas no topo perderam renda – e não porque os mais pobres ganharam mais. Isso reflete a maior informalidade da economia na região. Ela distribui os impactos

da crise de forma mais homogênea entre as diversas classes de renda. O Nordeste é a região com o menor rendimento médio: R\$ 1.497. O Sudeste, com o maior: R\$ 2.572.

Os dados de 2018 mostram o índice Gini, indicador da desigualdade em uma escala de 0 (perfeita igualdade) a 1 (máxima concentração), ter aumentado em todas as regiões do Brasil. Ele atingiu o maior patamar da série, chegando a 0,509.

Apesar da extrema concentração de renda mostrada na pesquisa, ela não revela outros aspectos da questão da desigualdade social. Como se trata de uma pesquisa domiciliar, a partir de um questionário, as pessoas mais ricas e com outras fontes de renda, sobretudo de aplicações financeiras e aluguéis, tendem a não mencionar esses ganhos quando abordadas.

O *Relatório da Desigualdade Global* da Escola de Economia de Paris agrega pesquisas domiciliares, contas nacionais e declarações de imposto de renda. Ele sustenta a concentração de renda no Brasil ser ainda maior: o 1% mais rico se apropria de 28,3% dos rendimentos brutos totais e os 50% mais pobres ficam com apenas 13,9% do conjunto de todos os rendimentos. Por esses cálculos, o Brasil é o país democrático mais desigual do mundo, atrás somente do autocrático e diminuto Qatar.

Por conta da necessidade de ampliar o foco da concentração dos fluxos da renda do trabalho para abranger os fluxos de rendimentos do capital acumulado em riqueza, principalmente financeira, dada a dificuldade de cálculo de rendimentos imobiliários, neste Texto para Discussão divulgarei outras pesquisas capazes de captarem melhor os ganhos de capital por Pessoa Física. Na PNADC, a renda do trabalho é preponderante para o cálculo do rendimento médio, representando 72,4% do total, seguida por aposentadorias e pensões (20,5%). O item “outros rendimentos” responde só por 3,3%.

Segundo especialistas, a desigualdade de renda no Brasil é alta e persistente por conta de fatores históricos e estruturais, como a herança escravocrata, o patrimonialismo a partir de recursos estatais, os empregos públicos antes com a possibilidade de aposentadoria com o último salário, as políticas de crédito público subsidiado voltadas a grandes grupos econômicos, etc. Valida isso a estrutura tributária regressiva, onde se cobra proporcionalmente mais impostos de quem ganha menos.

Assim, além desta introdução, no segundo tópico dimensionarei a vocação agrícola deste país urbanizado e diversificado através do Censo Agropecuário de 2017 e das últimas Contas Nacionais.

Em seguida, analisarei os fluxos de rendimentos familiares e variação patrimonial do estoque de riqueza, seja por sua ampliação, seja por seu uso em despesas familiares, através da Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018. Ao tratar da desigualdade educacional e de renda, uma retroalimentação favorável às castas de natureza

ocupacional, eu me apoiarei nas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) para hierarquizar as as rendas e os patrimônios dessas castas.

Resumirei depois um estudo da consultoria Tendências, mostrando a concentração de renda no Brasil ser quase o dobro da apurada pelos dados oficiais da PNADC, publicada pelo IBGE. Seu levantamento classes de renda familiar é feita com integração de dados da PNADC e das DIRPF. Para comparação, usarei cálculos do economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, para a estratificação social por classes de renda das famílias brasileiras.

Daí saltarei para a análise da estratificação social da carteira de crédito para pessoa física. O *Relatório sobre Estabilidade Financeira*, publicado pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2019, traz dados inéditos sobre os destinos desse crédito.

Em seguida, analisarei os fluxos de renda real e valores atribuídos a capital fictício. A Lista dos Bilionários Brasileiros, publicada pela Forbes (outubro de 2019), traz uma estimativa de patrimônio apurada principalmente a partir do valor de mercado das empresas nas quais os citados têm participação acionária total ou parcial. É uma riqueza fictícia, resultante da atual bolha de ações, ou seja, são valores atribuídos por impressionismo de poucos investidores interativos.

Compararei a riqueza dessa lista da Forbes com dados da ANBIMA sobre riqueza financeira dos clientes dos segmentos *Private Banking*, do varejo tradicional e do varejo de alta renda. Detalharei mais a estratificação dos depositantes de poupança. São eles os “párias” brasileiros? A Índia é aqui?

Por falar em riqueza fictícia, tratarei também da especulação com moedas paralelas: disputa entre Mercado e Estado sob o olhar da Comunidade. É um tema em debate público, relacionado à fuga de capitais e à soberania nacional na emissão da moeda de curso forçado para A Comunidade e O Mercado pagarem impostos para O Estado atender à demanda social por serviços públicos como segurança, educação, saúde, etc.

Apesar de todos os significados da desigualdade de gêneros, ainda não se encontra um estudo, mesmo breve, sobre a ocorrência desse fenômeno nas Finanças. Fui cobrado por isso por uma amiga feminista. Portanto, concluirei este Texto para Discussão ao tratar a desigualdade de gênero em Finanças.

## Dimensões da Vocação Agrícola de País Urbanizado e Diversificado

Entre agosto de 1944 e agosto de 1945, um debate ocorrido no governo Vargas inaugurou uma disputa de projetos nacionais. A polêmica entre o líder industrial paulista Roberto Simonsen e o economista liberal carioca Eugênio Gudim se deu a respeito do papel do Estado e a necessidade ou não de se industrializar o país.

Desde então, a disputa entre planejar ou liberar (*laissez-faire*) os rumos da economia brasileira se dá entre uma vertente neoliberal pro livre-mercado e outra industrial-desenvolvimentista. Ao longo dessa história, existiu também um desenvolvimentismo conservador e excludente no regime ditatorial-militar (1964-1984) com críticas por partidários de um social-desenvolvimentismo com características socialdemocratas.

Recentemente, surgiu com a importação das ideias da Escola Austríaca (Mises, Hayek, etc.) um ultraliberalíssimo ideológico defensor da total retirada do poder público da economia, eximindo-se de qualquer intervenção como *Market-maker* ou regulador do mercado. Essa corrente de pensamento econômico vai além do neoliberalismo nascido por ocasião do governo de Reagan nos Estados Unidos (1981-1989) e da Margareth Thatcher na Inglaterra (1979-1990). A doutrina neoliberal, imposta por acordos com instituições financeiras multilaterais (FMI e Banco Mundial), foi acatada de maneira submissa pelos economistas tupiniquins recolonizados mental e culturalmente.

Durante o debate sobre o papel do Estado e a necessidade ou não de se industrializar o país, o mundo sofria ainda o rescaldo da crise de 1929 e de duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). O quadro geopolítico se definia pela supremacia dos Estados Unidos no ocidente e a influência da URSS na Euroásia. A Guerra Fria começava a demarcar as relações entre Estado, sociedade e economia.

Naquele período, era abandonado o liberalismo econômico em favor de um capitalismo planejado. Este keynesianismo buscava erigir mecanismos de defesa contra crises recorrentes. A ideia de regras para planejamento do desenvolvimento se inspirava não apenas em países com economia centralizada, como os da União Soviética, mas também nos Estados Unidos, a partir da experiência do *New Deal*, vultoso programa de investimentos e intervenções patrocinado pelo governo de Franklin Roosevelt (1933-1945).

O economista carioca criticava duramente os argumentos de seu oponente industrial paulista. “O conselheiro Roberto Simonsen filia-se (...) à corrente dos que veem no ‘plano’ a salvação de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que a tudo resolve, mística de planificação que nos legaram o fracassado *New Deal* americano, as economias corporativas da Itália e de Portugal e os planos

quinquenais da Rússia. Não compartilho dessa fé. (...) A verdade é que temos caminhado assustadoramente no Brasil para o *capitalismo de Estado*. O próprio projeto Simonsen assinala (...) a lista das indústrias já tuteladas pelo Estado: aço, álcalis, álcool anidro, petróleo, celulose, alumínio, etc. Que celeuma não levantaria nos Estados Unidos a ideia de uma encampação pelo Estado da *United States Steel* e das jazidas de minério do Lago Superior, ou na Inglaterra a da nacionalização das indústrias do aço, do petróleo, dos álcalis etc.?”

O economista da FGV tentava desconstruir uma a uma as postulações de seu oponente industrial, afirmando ser necessária a eliminação paulatina dos mecanismos estatais de intervenção na economia. Defendia a livre circulação de capitais estrangeiros no país e a igualdade de tratamento entre este e o capital nacional. Advogava o fim das restrições de remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas. Gudin preconizava ainda uma política austera de combate à inflação, com redução de investimentos públicos e contração do crédito. O apoio à indústria deveria ser feito àquelas compatíveis com os recursos do país.

O capitalismo tardio brasileiro teve como diretriz econômica dominante o liberalismo até 1930, isto é, durante a Primeira República. Com a Grande Depressão pós-1929, a economia liberal se deslaminguiu, inclusive no plano internacional, depois de séculos de hegemonia. Em termos simples, os neoliberais (liberais só em economia) veem no mercado o elemento dinâmico da atividade econômica e os desenvolvimentistas advogam a necessidade de intervenção e planejamento estatal para promover o desenvolvimento e evitar crises.

Gudin não acreditava na viabilidade de uma economia industrial no Brasil. Propunha o país aproveitar suas vantagens comparativas dadas pelo clima e pela extensão de terras férteis e se firmar no cenário mundial como grande exportador agrícola.

O aparente paradoxo é o neoliberalismo sempre disputar o aparelho de Estado como meta central para a concretização de suas ideias. Visa conquista-lo para tomar posse como coisa sua e fazer um desmanche (“privataria”) em favor dos parceiros de negócios privados. Não à toa, Gudin foi um dos articuladores do golpe de 1964 e firme defensor da implantação da ditadura militar em nosso país. Guedes segue suas pegadas.

Hoje, enquanto a China é vista como “a fábrica do mundo”, o Brasil é visto como “o celeiro agrícola do mundo” ou “a fazenda do mundo”. O país está entre os maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos. É primeiro na exportação de café, açúcar, suco de laranja, complexo da soja, complexo da carne (bovina e de frango), papel e celulose, etc. Cerca de 80% da produção brasileira de alimentos é consumida internamente e 20% são embarcados para mais de 209 países em todos os continentes.



Mas o desempenho das exportações do setor e a oferta crescente de empregos na cadeia produtiva do agronegócio devem ser atribuídos à parceria público-privada, isto é, investimentos públicos para lucros privados, no desenvolvimento científico-tecnológico (EMBRAPA) e na modernização da atividade rural (MODERFROTA) com financiamento do BNDES. Ambos fatores foram obtidos também por intermédio de pesquisas científicas realizadas em Universidades públicas e da expansão da indústria de máquinas e implementos. As grandes indústrias produtoras de tratores, colhedoras, equipamentos e implementos cresceram no Brasil, utilizando a mais moderna tecnologia existente no mundo, e tornaram-se exportadoras para 149 países, invertendo o saldo comercial negativo até 2001 para positivo na Era Social-Desenvolvimentista.

Depois do regime ditatorial militar e do fim da Conta Movimento do Banco do Brasil no Banco Central do Brasil, o volume de recursos liberados para o setor agrícola, em termos reais, caiu à metade entre 1986 e 2004. Apesar disso, o PIB do setor agrícola cresceu, nas duas décadas, muito acima do crescimento econômico médio anual. Basicamente, houve mudança na estrutura do crédito: deixou de ser subsídio usado por ruralistas para especular com terras e no mercado financeiro, para se destinar de fato à produção agrícola.

Em média anual, o agronegócio adiciona 20% do valor agregado total na economia brasileira. Em 2003, a participação do agronegócio no PIB era 27% e foi declinando até 16,9% em 2014. Com a Grande Depressão em 2015 e 2016, o PIB real caiu -7,2% no biênio, então, o agronegócio aumentou sua participação, regressando à média de 20% do PIB. Houve muitas oscilações anuais das variações reais em % de cada segmento do PIB do agronegócio. Serão todas essas oscilações frutos de “acidentalidades climáticas” (seca)?

Se for, confirma a necessidade de uma transição histórica: os riscos climáticos e sanitários, sofridos comumente pela agricultura familiar de alimentos, serem mitigados com o seguro rural e os riscos de mercado, especialmente dos agroexportadores, com o mercado formal de derivativos agropecuários em operações de hedge. As transações com derivativos envolveriam instrumentos contratuais de venda antecipada e proteção contra variações cambiais. Tratar-se-ia de transição histórica ao se passar da economia de endividamento, via Banco do Brasil, para economia de mercado de capitais, via seguradoras ou BM&F.

A economia brasileira obtém o maior saldo comercial agrícola do mundo. Suas exportações agrícolas superam bastante suas importações. Assim, o superávit compensa eventuais déficits comerciais de setores manufaturados. Mas o agronegócio não é só agropecuário, *strictu sensu*. Este participa no PIB da cadeia produtiva em 26%,

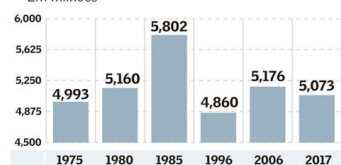
os insumos em 5%, a indústria em 28% e os serviços (41%). Nesse sentido, “agroserviços” seria expressão mais rigorosa se comparada à “agroindústria”.

## Censo Agropecuário 2017

Resultados do levantamento do IBGE

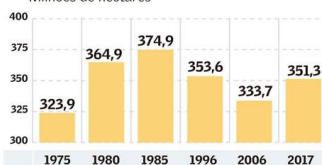
### Estabelecimentos

Em milhões



### Área total

Milhões de hectares



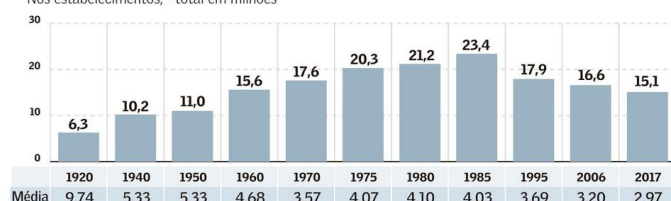
### Condição legal

Segundo as modalidades

| Modalidade             | Número (mil) |         | Área (milhões de ha) |       |
|------------------------|--------------|---------|----------------------|-------|
|                        | 2006         | 2017    | 2006                 | 2017  |
| Próprias               | 3.946,4      | 4.107,8 | 302,1                | 298,3 |
| Sem titulação definida | 194,9        | 266,9   | 6,0                  | 6,2   |
| Arrendadas             | 334,0        | 320,3   | 15,1                 | 30,2  |
| Parceria               | 186,4        | 177,8   | 3,2                  | 7,8   |
| Ocupadas               | 474,1        | 464,3   | 7,2                  | 8,8   |

### Pessoas ocupadas

Nos estabelecimentos, - total em milhões



Média

|      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1920 | 9,74 | 1940 | 5,33 | 1950 | 5,33 | 1960 | 4,68 | 1970 | 3,57 | 1975 | 4,07 | 1980 | 4,10 | 1985 | 4,03 | 1995 | 3,69 | 2006 | 3,20 | 2017 | 2,97 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|

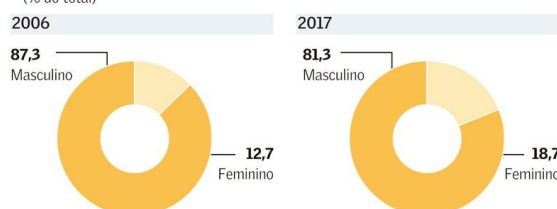
### Perfil do produtor\*

Divisões por idade e sexo

| Idade (% do total)       | 2006 | 2017 |
|--------------------------|------|------|
| Maior que 65 anos        | 18,0 | 23,0 |
| De 55 a menos de 65 anos | 20,3 | 23,5 |
| De 45 a menos de 55 anos | 23,3 | 24,2 |
| De 35 a menos de 45 anos | 22,0 | 18,0 |
| De 25 a menos de 35 anos | 14,0 | 10,0 |
| Menor que 25 anos        | 3,4  | 2,0  |

### Sexo

(% do total)



**3,1 milhões**  
de estabelecimentos  
tinham telefone em 2017,  
ante 1,2 milhão em 2006

**1,4 milhão**  
de estabelecimentos tinham  
acesso à internet em 2017,  
ante 75 mil em 2006

Fonte: Censo Agropecuário 2017. \* Pessoa responsável pela atividade no estabelecimento

No fim de outubro de 2019, foi publicada a versão final do Censo Agropecuário 2017, o primeiro desde 2006. Sua análise é essencial para dimensionarmos a propalada “vocação agrícola” de país altamente urbanizado (85% da população) e economia diversificada (agropecuária 5,1% do valor adicionado a preços básicos, indústria 21,6% incluindo a de transformação com 11,3%, serviços 73,3%).

As atividades estão mais concentradas no campo do país com o avanço do agronegócio. Destaca-se a queda do pessoal ocupado para 15,1 milhões pessoas e o avanço do uso de tecnologias nas propriedades. É crescente o número de mulheres, os produtores estão mais velhos e permanece sofrível o nível de escolaridade.

O Censo Agropecuário 2017 confirma: as grandes propriedades se apropriam cada vez mais da renda gerada no setor. Os estabelecimentos com 100 hectares ou mais concentravam 70% da receita bruta da produção agropecuária nacional em 2017. Essa proporção era de 59%, onze anos antes, quando foi realizado o Censo Agropecuário 2006.

Houve avanço de 17,6 milhões de hectares na fronteira agrícola nacional entre 2006 e 2017. Neste ano, o país tinha 404.055 propriedades agropecuárias com 100 hectares ou mais. Elas faturaram, juntas, R\$ 282,4 bilhões e concentravam 79% das

áreas com alguma atividade. As propriedades com entre 100 a 1 mil hectares permaneceram com a mesma participação na receita total agrícola, próxima de 28%.

A maior parcela dos estabelecimentos ainda tinha menos de 10 hectares de terras. Eram 1,74 milhão de propriedades ou 46% do total. Mas elas respondiam por apenas 7,4% da receita bruta da produção: R\$ 29,9 bilhões. Em 2006, esses estabelecimentos de menor porte respondiam por 11,7% da receita total.

| Tabela 1 - Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - 1975/2017 - Brasil - 2017 |                    |                    |                    |                    |                    |                    |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Dados estruturais  | Censos             |                    |                    |                    |                    |                    |
|  | 1975               | 1980               | 1985               | 1995-1996          | 2006               | 2017               |
| <b>Estabelecimentos</b>  | <b>4 993 252</b>   | <b>5 159 851</b>   | <b>5 801 809</b>   | <b>4 859 865</b>   | <b>5 175 636</b>   | <b>5 073 324</b>   |
| <b>Área total (ha)</b>   | <b>323 896 082</b> | <b>364 854 421</b> | <b>374 924 929</b> | <b>353 611 246</b> | <b>333 680 037</b> | <b>351 289 816</b> |
| <b>Utilização das terras (ha)</b>  |                    |                    |                    |                    |                    |                    |
| Lavouras permanentes   | 8 385 395          | 10 472 135         | 9 903 487          | 7 541 626          | 11 679 152         | 7 755 817          |
| Lavouras temporárias (1)   | 31 615 963         | 38 632 128         | 42 244 221         | 34 252 829         | 48 913 424         | 55 761 988         |
| Pastagens naturais   | 125 950 884        | 113 897 357        | 105 094 029        | 78 048 463         | 57 633 189         | 47 323 399         |
| Pastagens plantadas (2)  | 39 701 366         | 60 602 284         | 74 094 402         | 99 652 009         | 102 408 873        | 112 174 148        |
| Matas naturais (3)   | 67 857 631         | 83 151 990         | 83 016 973         | 88 897 582         | 95 306 715         | 106 574 867        |
| Matas plantadas  | 2 864 298          | 5 015 713          | 5 966 626          | 5 396 016          | 4 734 219          | 8 658 850          |
| <b>Pessoal ocupado</b>   | <b>20 345 692</b>  | <b>21 163 735</b>  | <b>23 394 919</b>  | <b>17 930 890</b>  | <b>16 568 205</b>  | <b>15 105 125</b>  |
| <b>Tratores</b>  | <b>323 113</b>     | <b>545 205</b>     | <b>665 280</b>     | <b>803 742</b>     | <b>820 718</b>     | <b>1 229 907</b>   |
| <b>Efetivo de animais (4)</b>  |                    |                    |                    |                    |                    |                    |
| Bovinos  | 101 673 753        | 118 085 872        | 128 041 757        | 153 058 275        | 176 147 501        | 172 719 164        |
| Bubalinos  | 209 077            | 380 986            | 619 712            | 834 922            | 885 119            | 950 173            |
| Caprinos   | 6 709 428          | 7 908 147          | 8 207 942          | 6 590 646          | 7 107 613          | 8 260 607          |
| Ovinos   | 17 486 559         | 17 950 899         | 16 148 361         | 13 954 555         | 14 167 504         | 13 789 345         |
| Suínos   | 35 151 668         | 32 628 723         | 30 481 278         | 27 811 244         | 31 189 351         | 39 346 192         |
| Aves (galinhas, galos, frangos e frangos) (1 000 cabeças)  | 286 810            | 413 180            | 436 809            | 718 538            | 1 143 458          | 1 362 254          |
| <b>Produção animal</b>   |                    |                    |                    |                    |                    |                    |
| Produção de leite de vaca (1 000 l)  | 8 513 783          | 11 596 276         | 12 846 432         | 17 931 249         | 20 567 868         | 30 156 255         |
| Produção de leite de cabra (1 000 l)   | 13 394             | 25 527             | 35 834             | 21 900             | 35 742             | 26 100             |
| Produção de lã ( t )   | 31 519             | 30 072             | 23 877             | 13 724             | 10 208             | 7 120              |
| Produção de ovos de galinha (1 000 dúzias)   | 878 337            | 1 248 083          | 1 376 732          | 1 885 415          | 2 781 617          | 4 672 363          |

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975/2017.

(1) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte na data de referência (5).

(2) Pastagens plantadas, em más condições por manejo inadequado ou por falta de conservação, e em boas condições, incluindo aquelas em processo de recuperação em na data de referência (5).

(3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais na data de referência (5).

(4) Efetivo de animais – animais existentes no estabelecimento na data de referência (5).

(5) Data de referência: 1975, 1980, 1985 e 2006 em 31/12, Em 1995-1996 em 31/07 e em 2017 em 30/09.

Do número total de 5,073 milhões de estabelecimentos agropecuários identificados no país pelo IBGE em 2017, ante as 5,176 milhões apontadas em 2006, 4,108 milhões eram próprios (81%) e 320,3 mil arrendados (6,3%). O número restante é composto por estabelecimentos ocupados (464,3 mil, ou 9,1% do total), sem titulação definitiva (266,9 mil, ou 5,3%) ou administrados em regime de parceria (177,8 mil, ou 3,5%).

A área total dos estabelecimentos aumentou de 333,7 milhões de hectares, em 2006, para 351,3 milhões em 2017. A dos estabelecimentos *próprios* registrou retração

de 302,1 milhões para 298,3 milhões de hectares, enquanto a dos *arrendados* dobrou, de 15,1 milhões de hectares para 30,2 milhões.

O número de pessoas ocupadas em atividades de estabelecimento agropecuário era 15,1 milhões. Diminuiu 8,8% em relação ao censo anterior de 2006 (16,6 milhões). É queda de mais de 1/3 em relação a 23,4 milhões de pessoas ocupadas após o fim do regime militar em 1985.

Também como reflexo da concentração provocada pelo avanço do agronegócio e pela migração de jovens do meio rural para o urbano, a *agricultura familiar* perde relevância. Conforme os dados levantados pelo IBGE, o país tinha 3,9 milhões de estabelecimentos rurais familiares em 2017 ou 77% do total de propriedades. Em 2006, eram 83,2%. Em números absolutos, são *380 mil estabelecimentos produtivos a menos*, sujeitando a população urbana a mais inflação de alimentos em caso de queda de sua produção por fatores climáticos.

O número de pessoas ocupadas na produção da *agricultura familiar* também encolheu no país de 12,3 milhões de pessoas para 10,1 milhões. Desse total, 6,8 milhões eram homens e 3,3 milhões eram mulheres em 2017. Quase meio milhão de pessoas tinham menos de 14 anos de idade. Essa queda, na agricultura familiar, está ligada ao menor interesse de jovens de permanecer no campo por conta de acesso a serviços públicos com educação e saúde, além de oportunidades profissionais maiores nas cidades.

Com o movimento, o produtor familiar passou a contratar mão de obra, o que desenquadra seu estabelecimento das características previstas na lei. Por isso, pode perder o acesso a incentivos fiscais e creditícios dirigidos à agricultura familiar.

A agricultura familiar foi responsável por valor de produção estimado em R\$ 107 bilhões em 2017, o correspondente a 23% do valor de toda a produção agropecuária brasileira. Essa contribuição era de 33% em 2006. Foi uma queda relativa expressiva de 1/3 para menos de ¼. Aumentou o risco de inflação de alimentos. É uma atividade prioritária e/ou estratégica para o bem-estar da sociedade como um todo.

O Censo Agropecuário 2017 mostrou também 25% dos produtores ainda não sabem ler e escrever, entre os quais 15% nunca frequentaram escola. Menos de 6% tinham Ensino Superior.

Mais de 1/5 (20,3%) dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por casais, dividindo todas ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento, inclusive 19% dos produtores são do gênero feminino. Embora 25% não sabem nem ler nem escrever, há uma proporção maior delas em relação à dos homens com Ensino Médio e Ensino Superior. Mais mulheres estavam no comando das fazendas: eram 35%

do pessoal ocupado com parentesco, cerca de 3,9 milhões. Do total de pessoal ocupado, 11,1 milhões ou 73% do total tinha parentesco com o produtor.

Em 2006, 39,4% dos produtores tinham menos de 45 anos. Em 2017, nessa faixa de idade eram só 30%.

Continua a migração campo-cidade, considerando-se o maior fator de repulsão – falta de perspectiva de mobilidade social – e o maior fator de atração: maiores oportunidades profissionais. Como veremos mais adiante, em média, as famílias em situação rural receberam pouco mais da metade (52,3%) dos valores recebidos pelas famílias em áreas urbanas.

## Fluxos de Rendimentos Familiares e Variação Patrimonial

Os níveis de estoque de riqueza mudam com o tempo, devido ao saldo entre seus fluxos de entradas e de saídas. Com reforços de *feedback*, quanto mais se tem, mais se ganha. Amplificam o movimento em círculos virtuosos ou viciosos: *booms* e *crashes*.

**Quadro 2 - Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar**

| Reais mensais (R\$)     | Salários mínimos |
|-------------------------|------------------|
| Até 1 908 (1)           | Até 2 (1)        |
| Mais de 1 908 a 2 862   | Mais de 2 a 3    |
| Mais de 2 862 a 5 724   | Mais de 3 a 6    |
| Mais de 5 724 a 9 540   | Mais de 6 a 10   |
| Mais de 9 540 a 14 310  | Mais de 10 a 15  |
| Mais de 14 310 a 23 850 | Mais de 15 a 25  |
| Mais de 23 850          | Mais de 25       |

(1) Inclusive sem rendimento.

Segundo as diferentes classes de rendimentos e variação patrimonial, a POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) 2017-2018 registrou diferenças importantes entre as distribuições de gastos das famílias. Fica patente a desigualdade social ao confrontar as características das famílias por grupos de despesas de consumo e seus impactos nos gastos familiares totais das classes extremas de rendimentos definidas: até R\$ 1.908,00 (24% do total de 69 milhões de famílias) e acima de R\$ 23.850,00 (1,8 milhões ou menos de 3% do total). O primeiro agrupamento corresponde às famílias até dois salários mínimos de R\$ 954, além das sem rendimentos. O mais rico se refere às famílias com renda acima de 25 salários mínimos.

**Tabela 5 - Distribuição da despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa de consumo, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2017-2018**

| Situação do domicílio e Grandes Regiões | Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal (%) |                  |                |                |                 |  |                                |               |                             |            |                                |                                |
|---|---|------------------|----------------|----------------|-----------------|--|--------------------------------|---------------|-----------------------------|------------|--------------------------------|--------------------------------|
|   | Total   | Tipo de despesas |                |                |                 |  |                                |               |                             |            |                                |                                |
|   |   | Alimen-<br>tação | Habi-<br>tação | Ves-<br>tuário | Trans-<br>porte | Higie-<br>ne e<br>cuida-<br>dos<br>pes-<br>soais | Assis-<br>tência<br>à<br>saúde | Edu-<br>cação | Recre-<br>ação e<br>cultura | Fumo       | Servi-<br>ços<br>pes-<br>soais | Des-<br>pesas<br>diver-<br>sas |
| <b>Brasil</b>                           | <b>100,0</b>  | <b>17,5</b>      | <b>36,6</b>    | <b>4,3</b>     | <b>18,1</b>     | <b>3,6</b>                                       | <b>8,0</b>                     | <b>4,7</b>    | <b>2,6</b>                  | <b>0,5</b> | <b>1,3</b>                     | <b>3,0</b>                     |
| Urbana                                  | 100,0   | 16,9             | 37,1           | 4,2            | 17,9            | 3,6  | 8,0                            | 4,9           | 2,6                         | 0,5        | 1,3                            | 3,0                            |
| Rural                                   | 100,0   | 23,8             | 30,9           | 4,7            | 20,0            | 4,5  | 8,0                            | 2,3           | 1,8                         | 0,5        | 0,9                            | 2,5                            |

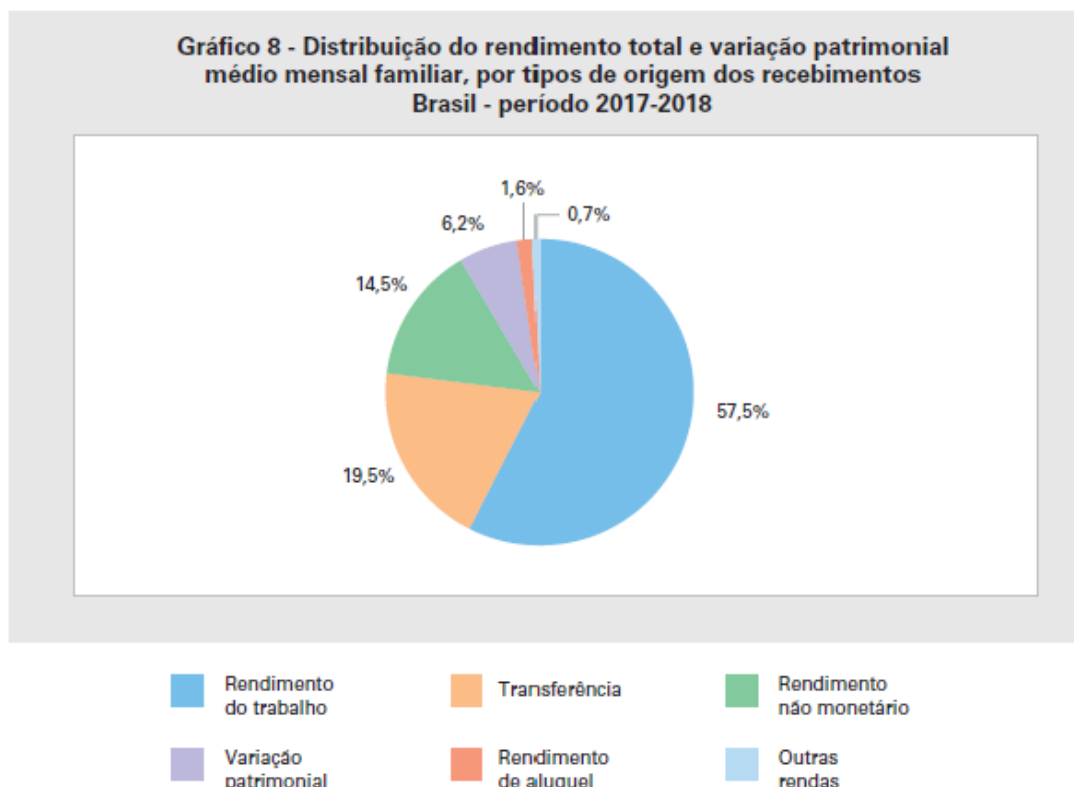
Quanto ao peso dos gastos com *alimentação* na despesa total, incluindo o consumo, as despesas correntes e outros, alcançou 22,6% para os rendimentos até R\$ 1.908,00. O percentual é cerca de três vezes menor (7,6%) na classe com renda acima de R\$ 23.850,00.

A participação das despesas com *habitação* das famílias de rendimentos mais baixos na despesa total foi de 39,2%. Na situação das mais ricas, foi de 22,6%, pouco além da metade. As famílias do primeiro grupo apresentaram participação mais significativa para os gastos com os itens *aluguel* (20,6% contra 10,7% do grupo com rendimentos mais elevados), *serviços e taxas* (11,2% contra 3,5%) e *mobiliários e artigos para o lar e eletrodomésticos* (2,1% contra 1,1%).

Com *transporte*, a participação registrada para o grupo de famílias com os maiores rendimentos foi maior: 15,3% contra 9,4%. Nesse componente, para as famílias menos beneficiadas, foi mais importante o item *transporte urbano* (2,1% contra 0,4%). Para a classe correspondente aos valores mais elevados de rendimentos, o item mais importante foi *aquisição de veículos* (7,5% contra 2,3%).

As participações das despesas com *assistência à saúde* foram similares, 5,9% e 5,6%. No entanto, a composição desses gastos difere bastante. Para a classe até R\$ 1.908,00, os *remédios* pesam 4,2%, ou seja, correspondem a 71,2% do dispêndio com saúde. A participação do gasto com *medicamentos* para a classe oposta é de 1,4%. Por outro lado, a participação correspondente ao *plano/seguro de saúde* foi de 2,9% na classe com rendimentos acima de R\$ 23.850,00, tendo alcançado 0,4% na classe oposta.

Quanto à *educação*, as participações, segundo a POF 2017-2018, foram de 1,9% quando os rendimentos eram os mais baixos e, de 5,1% na classe dos valores mais elevados. Os mais ricos têm condições de investir mais (em termos absolutos e relativos) em “acumulação de capital humano”, isto é, capacidade pessoal de ganho. Desse modo, é esperada a manutenção da desigualdade educacional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Mas além desses itens destacados pela imprensa, saliento o *aumento do ativo* nas famílias mais pobres corresponder a apenas 1,4% da despesa total. O das mais ricas é quase sete vezes maior: 9,6%. Por sua vez, a *diminuição do passivo* foi, respectivamente, 2% e 3,5%. O *aumento do ativo* corresponde a despesas com aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos por aquisições patrimoniais. Pode ser traduzido como um aumento do patrimônio familiar. Na *diminuição do passivo* estão incluídas as despesas com pagamentos de débitos, juros e seguros com empréstimos pessoais e prestação de financiamento de imóvel.

*Variação patrimonial* compreende vendas de imóveis, carros e outros bens, heranças e o saldo positivo da movimentação financeira: depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento. A estimativa do *rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar* é a soma dos rendimentos monetários mensais brutos, dos rendimentos não monetários mensais das unidades de consumo e da variação patrimonial, dividida pelo número de unidades de consumo contidas neste conjunto.

A partir dos rendimentos auferidos por todos os membros das famílias, estas decidem quantos bens e serviços serão adquiridos e sua forma de aquisição. A parte monetária é formada por rendimentos captados no mercado de trabalho, nas transferências governamentais e intrafamiliares e os associados ao patrimônio como,

por exemplo, os aluguéis de imóveis. Além do *rendimento*, fazem parte do orçamento das famílias as *variações no patrimônio*, como saques da poupança, recebimento de herança, vendas de imóveis, etc.

**Tabela 2 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por situação do domicílio, segundo os tipos de despesa - Brasil - período 2017-2018**

| Tipos de despesa                   | Despesa monetária e não monetária média mensal familiar (R\$) |                       |                 |
|------------------------------------|---|-----------------------|-----------------|
|                                    | Total   | Situação do domicílio |                 |
|                                    |   | Urbana                | Rural           |
| <b>Valor (R\$)</b>                 |   |                       |                 |
| <b>Total</b>                       | <b>4 649,03</b>   | <b>4 985,39</b>       | <b>2 543,15</b> |
| <b>Distribuição percentual (%)</b> |   |                       |                 |
| Despesas correntes                 | 92,7  | 92,8                  | 91,7            |
| Despesas de consumo                | 81,0  | 80,7                  | 84,9            |
| Outras                             | 11,7  | 12,1                  | 6,8             |
| Aumento do ativo                   | 4,1   | 4,0                   | 4,5             |
| Diminuição do passivo              | 3,2   | 3,2                   | 3,8             |

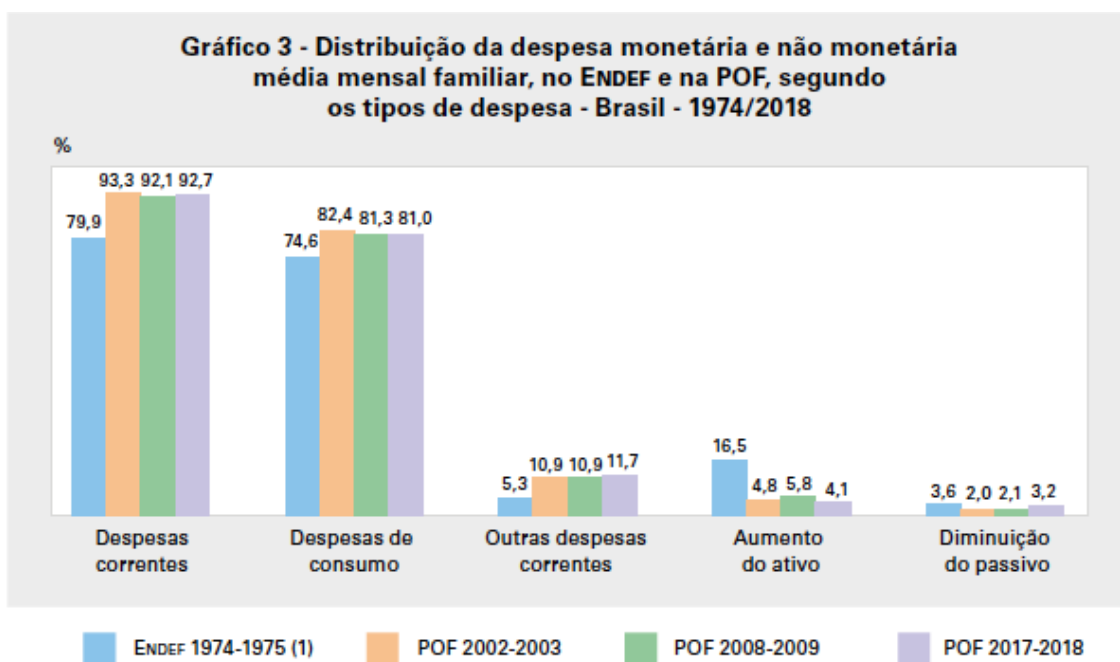
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Em média, as *famílias em situação rural* receberam pouco mais da metade (52,3%) dos valores recebidos pelas *famílias em áreas urbanas*. A migração campocidade, provocada pelo balanço entre fatores de repulsão e fatores de atração, na história brasileira, buscou uma maior chance de mobilidade social para as famílias.

No Brasil, o valor médio do *rendimento do trabalho* foi de R\$ 3.118,66, o que representa 57,5% do valor médio recebido por todas as famílias como rendimento e variação patrimonial (R\$ 5.426,70). A segunda maior participação foi de *transferências* (19,5%), incluindo as aposentadorias e pensões pública e privada, bolsas de estudos e programas sociais de transferência de renda. Chama a atenção as *aposentadorias e pensões* do INSS, cuja participação no total das transferências foi de 55%, os *programas sociais federais* representam 5,4% das transferências e apenas 1% dos valores recebidos como rendimentos e variação patrimonial. No Brasil os *rendimentos de aluguel* (de bens móveis e imóveis) e as *outras rendas* apresentaram as menores contribuições na composição do total dos valores recebidos: 1,6% e 0,7% respectivamente.

Outro componente bastante importante é a *variação patrimonial*. Mostra a parcela monetária obtida pelas famílias com resgate de valores dos seus ativos financeiros, como saques de poupança ou de outros ativos financeiros, bem como a venda de terrenos ou outros bens. Em média nacional, a participação deste item representou 6,2%.





Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018.

(1) Excluída a área rural das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Quando são agrupadas as famílias capazes de viver com 10 salários mínimos (R\$ 9.540,00) ou menos em seus orçamentos, reúnem-se quase 9/10 das famílias brasileiras (mais especificamente 87% delas) e um pouco mais da  $\frac{1}{2}$  da soma valores recebidos por todas as famílias brasileiras (mais especificamente 54,2%). Esse numeroso grupo com rendimentos até 10 salários mínimos é formado por 179,2 milhões de pessoas em 60 milhões de famílias. Caso os valores recebidos por este grupo fossem repartidos igualmente por todas suas famílias, o valor médio mensal cairia para R\$ 2.942,66, equivalendo a pouco mais da metade da média global. Revela a desigualdade social.

Ela é ainda mais perceptível ao analisar a apropriação da média global pelas famílias com rendimentos acima de 10 salários mínimos. Em termos percentuais, elas se apropriam de 45,8% dos valores recebidos mesmo constituindo grupo com apenas 13% das famílias brasileiras. Caso apenas os valores recebidos por este grupo, correspondente a um pouco mais de 1 a cada 10 famílias brasileiras, fossem repartidos igualmente por todas as famílias, o valor médio mensal de R\$ 2.484,04, o que equivale a pouco menos da metade da média global. Daí a reação conservadora “contra o comunismo”. As classes de mais alta renda têm pavor da progressividade tributária.

Na classe mais rica estão apenas 2,7% das famílias brasileiras. Elas receberam mais de 25 salários mínimos (R\$ 23.850,00). Este grupo se apropria de quase 1/5 de todos os valores recebidos pelas famílias brasileiras, mais especificamente, 19,9%.

No Brasil, as principais fontes de renda do *grupo mais pobre*, cuja renda vai até dois salários mínimos, foram os rendimentos não monetários com 28,2% do total

recebido, os rendimentos de trabalho como empregados (27,2%) e por conta própria (13,3%), as aposentadorias e pensões do INSS (15,8%), e as transferências dos programas sociais federais (7,7%). Já para *o grupo mais rico*, as principais fontes foram os rendimentos do trabalho como empregados (34,3%), empregadores (18,4%), a variação patrimonial (15,3%), os rendimentos não monetários (7,9%), as aposentadorias e pensões da previdência pública (7,5%) e rendimentos do trabalho por conta própria (7,4%).

Por fim, para diferenciar fluxos de rendimentos e estoques de riqueza, vale registrar o total de bens e direitos nas DIRPF 2018-AC 2017: R\$ 8,918 trilhões. Imóveis em valor contábil (histórico) eram R\$ 3,453 trilhões ou 39% do total, destacando-se apartamentos (R\$ 1,3 trilhão ou 14,6%) e casas (R\$ 1,025 trilhão ou 11,5%). Essas moradias somaram 26% do bens e direitos. Veículo automotor terrestre (caminhão, automóvel, moto, etc.), também em valor contábil de compra, valiam R\$ 599 bilhões ou 7%. Considerando o restante ativos financeiros, inclusive dinheiro em espécie e ouro, essa riqueza financeira com valor de fim-do-ano calendário somava R\$ 4,912 trilhões ou 54% do total. Se os 10% mais ricos recebem 43% dos fluxos de renda, provavelmente, a maior parte é deles.

No entanto, não se pode iludir com a diferença entre fluxos e estoques, nem com o sofisma da composição: o que é verdade para alguns poucos indivíduos “rentistas” não corresponde a todos. Segundo DIRPF 2018-AC 2017, o 13º salário recebido por todos os declarantes somou R\$ 94 bilhões. Esse valor mensal da renda do trabalho superou os rendimentos anuais de suas aplicações financeiras: R\$ 90 bilhões. No agregado, os rendimentos anuais do trabalho (*salários*) superaram em muito os rendimentos financeiros (*juros*). O capital financeiro tem origem trabalhista. Os trabalhadores intelectuais, para manterem o padrão de vida quando se aposentarem, terão de ser rentistas. Para essa prevenção, necessitam de educação financeira.

## Desigualdade Educacional e de Renda: Retroalimentação

A melhoria na distribuição de renda, ocorrida na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), com hegemonia de um partido de origem trabalhista e apoio popular e de intelectuais à adoção de uma política social ativa, já foi revertida. O Brasil retomou sua característica maior: *a desigualdade social*. Os eleitores lúcidos necessitam convencer os demais a respeito de um Estado de bem-estar social ser aqui necessário e possível.

Já há bastante evidências empíricas de a formação hierárquica da casta de guerreiros-militares não ser um modelo adequado para os demais cidadãos. Sua lógica de ações é baseada em violência, vingança, coragem, fama, glória, etc. Aliás, esses são também valores típicos de atletas profissionais. Só um ministro da Educação muito

inculto, e ressentido face à inteligência da casta dos sábios-universitários, se submete ao comando de espalhar Colégios Militares e tirar autonomia das Universidades Federais.

O Poder Militar dessa casta da farda, historicamente, pressiona as demais. Por exemplo, arrancou do Poder Político ou Legislativo, ou seja, da casta dos oligarcas de gravata no Congresso Nacional, mais privilégios na carreira profissional, se comparada à dos civis. Depois de serem cortados direitos trabalhistas e previdenciários dos civis, o projeto de reforma da Previdência dos militares, originalmente proposto pelo governo do capitão, foi ampliado para os praças, cadetes e sargentos das Forças Armadas terem os mesmos aumentos salariais dos generais para felicidade geral nos quartéis.

A suavização da regra de transição beneficia principalmente os policiais militares dos Estados, onde é possível se aposentar com 25 anos de serviço, mas também atingirá as Forças Armadas. O relator estendeu as regras da reforma aos policiais e bombeiros militares, carreiras estaduais não inicialmente contempladas no projeto do governo. A regra de transição, a partir da sanção da reforma, durará 25 anos. Só a partir de 2044 serão exigidos os 30 anos como militar para aposentadoria especial.

Os políticos oligarcas do Poder Legislativo orientam suas ações por *lógica paroquial* (paternalismo, localismo, etc.), típica dos bairristas, e *lógica familiar* (respeito, herança, diferença, etc.) dos clãs dinásticos. O oportunismo do capitão junta corporativismo com familismo.

O Poder Executivo, em tese, seria composto por instituições administradas pela casta dos sábios-tecnocratas, cujo uniforme é terno-e-gravata. Técnicos e gestores têm a *lógica de especialista* baseada em educação e titulação.

O Poder Judiciário é restrito a outra subcasta, a dos sábios-juristas, ou da toga. Sua lógica, em princípio, seria a da *meritocracia*, mas acabou sendo a *nomenclatura* dos mais bem-dotados de rede de relacionamentos políticos. Eles dizem seguir regras e a autoridade das leis. Mas se impressionam com a opinião pública formada pela mídia televisa brasileira.

Esse Poder Midiático pertence à subcasta dos sábios-jornalistas, ou seja, da pena ou do microfone. No caso brasileiro, segue a *lógica de negociante*: neoliberalismo, sem pluralismo no debate público, golpismo, etc. Isto tudo por conta do Poder Econômico da casta dos mercadores, a do colarinho branco. Esta segue a *lógica de mercado* com liberalismo, empreendedorismo, competitividade, eficiência em custos/benefícios, etc.

O Poder Religioso sempre influenciou hábitos e costumes no Brasil. A subcasta dos sábios-sacerdotes (ou dos sabidos-pastores) faz proselitismo político, usando batina

(ou terno) no púlpito. Sua *lógica é religiosa*, pregando conservadorismo em costumes, moralismo, disciplina, etc.

Isso é um acinte para a subcasta dos sábios-criativos. É comportamento, discurso, texto, expressão, entre outras ações, realizados propositalmente com a finalidade de ofender, incitar ou aborrecer os libertários modernos. Essa provocação é realizada deliberadamente com intenção de atingir o Poder de Celebridade, com vestimentas de superstar (ou alta costura). Essa subcasta adota a *lógica de artista ou arteção*, buscando autonomia, auto expressão, liberalismo cultural, habilidade, criatividade, etc.

O Poder Educacional pertence à subcasta dos sábios-educadores, vestidos com jeans e camiseta. Adotam e ensinam a *lógica cívica* aos seus alunos: tolerância, defesa de direitos civis, sociais e políticos das minorias. Sem esses valores não há pacto social.

Sua aliança com o Poder Trabalhista gerou a socialdemocracia na Europa, aqui “social-desenvolvimentismo”. A casta dos trabalhadores (do macacão ou colarinho azul) pensa com a *lógica corporativa* dos trabalhadores organizados em sindicatos e partidos, cujos valores usuais são igualitarismo e ceticismo quanto ao livre-mercado.

Em lugar do reducionismo binário da luta de classes (“nós contra eles” ou trabalhadores contra capitalistas), a análise da complexidade social é facilitada ou transformada em simplicidade se observamos o conflito de interesses e o jogo de alianças entre essas castas e subcastas. De um lado, há a busca do Estado de bem-estar social. De outro, há o privilégio do individualismo em um livre-mercado. As alianças se rompem quando alguma casta tenta impor, desmesuradamente, seus valores políticos e morais às demais. Até quando a casta dos mercadores se apoiará na casta dos milicianos?

Com as Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) conseguimos vislumbrar as dimensões e/ou os valores econômicos das castas. Foram 29,1 milhões declarantes. Estava obrigada a apresentar a DIRPF referente ao exercício de 2018, a pessoa física residente no Brasil, no ano-calendário de 2017, recebedora de rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a R\$ 28.559,70 (ou R\$ 2.380 / mês), portanto, acima do rendimento médio da população ocupada. E também quem recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00.

| Natureza da Ocupação   | Qtde Declarantes  | Em %          | Rendimentos Totais Em % | Rendimento Per Capita Anual em R\$ | Rendimento Per Capita Anual em % do Capitalista | Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$ | Patrimônio líquido per capita em R\$ |
|--|-------------------|---------------|-------------------------|------------------------------------|---|--|--------------------------------------|
| Aposentado, militar res. ou refor., pens. prev., exc. cd. 62             | 4.057.888         | 13,9%         | 14,2%                   | 103.080,17                         | 46,6%   | 8.590,01                                   | 289.870,84                           |
| Aposentado, militar refor. ou pens. prev. com moléstia grave             | 370.732           | 1,3%          | 1,6%                    | 129.935,08                         | 58,7%   | 10.827,92                                  | 339.077,54                           |
| Beneficiário de pensão alimentícia                                       | 142.532           | 0,5%          | 0,3%                    | 62.428,01                          | 28,2%   | 5.202,33                                   | 113.354,60                           |
| Bolsista   | 50.182            | 0,2%          | 0,1%                    | 64.335,08                          | 29,1%   | 5.361,26                                   | 79.148,72                            |
| Espólio  | 190.014           | 0,7%          | 0,6%                    | 86.341,62                          | 39,0%   | 7.195,14                                   | 654.829,41                           |
| Natureza da ocupação não especificada anteriormente                      | 1.309.492         | 4,5%          | 3,8%                    | 85.091,27                          | 38,4%   | 7.090,94                                   | 266.595,44                           |
| <b>Castas dos Inativos</b>   | <b>6.120.845</b>  | <b>21,0%</b>  | <b>20,6%</b>            | <b>99.074,19</b>                   | <b>44,7%</b>                                    | <b>8.256,18</b>                            | <b>293.363,11</b>                    |
| Proprietário de empr. ou firma indiv. ou empregador-titular              | 4.339.465         | 14,9%         | 20,9%                   | 141.783,43                         | 64,0%   | 11.815,29                                  | 745.110,11                           |
| Capitalista que auferiu rendim. de capital, inclus. aluguéis             | 153.366           | 0,5%          | 1,2%                    | 221.431,34                         | 100,0%  | 18.452,61                                  | 1.555.554,15                         |
| Microempreendedor Individual - MEI                                       | 493.585           | 1,7%          | 0,5%                    | 29.592,83                          | 13,4%   | 2.466,07                                   | 55.533,95                            |
| <b>Castas dos Mercadores</b>   | <b>4.986.416</b>  | <b>17,1%</b>  | <b>22,6%</b>            | <b>133.127,85</b>                  | <b>60,1%</b>                                    | <b>11.093,99</b>                           | <b>701.778,41</b>                    |
| Empregado de empresa setor privado, exceto inst. financ.                 | 8.662.221         | 29,8%         | 23,0%                   | 78.217,68                          | 35,3%   | 6.518,14                                   | 128.215,09                           |
| Empregado de instituições financeiras públicas e privadas                | 783.109           | 2,7%          | 3,6%                    | 134.519,53                         | 60,7%   | 11.209,96                                  | 259.542,22                           |
| Empregado ou contratado de organismo internacional ou de ONC             | 39.376            | 0,1%          | 0,1%                    | 88.948,32                          | 40,2%   | 7.412,36                                   | 165.264,28                           |
| Empregado empr. púb. ou ec. mista est. e DF, exc. inst. fin.             | 207.014           | 0,7%          | 0,9%                    | 128.526,68                         | 58,0%   | 10.710,56                                  | 314.002,57                           |
| Empregado empr. púb. ou econ. mista fed., exc. inst. financ.             | 330.303           | 1,1%          | 1,8%                    | 158.362,66                         | 71,5%   | 13.196,89                                  | 286.460,14                           |
| Empregado de empr. púb. ou soc. de economia mista municipal              | 121.660           | 0,4%          | 0,4%                    | 89.880,48                          | 40,6%   | 7.490,04                                   | 121.254,04                           |
| <b>Castas dos Trabalhadores</b>  | <b>10.143.683</b> | <b>34,9%</b>  | <b>29,8%</b>            | <b>86.382,24</b>                   | <b>39,0%</b>                                    | <b>7.198,52</b>                            | <b>147.358,52</b>                    |
| Membro ou servidor público da administração direta federal               | 405.088           | 1,4%          | 2,8%                    | 202.116,65                         | 91,3%   | 16.843,05                                  | 337.392,60                           |
| Servidor público de autarquia ou fundação federal                        | 480.038           | 1,6%          | 2,3%                    | 142.900,83                         | 64,5%   | 11.908,40                                  | 205.904,45                           |
| Membro ou servidor público da admin. direta estadual e do DF             | 1.286.280         | 4,4%          | 5,3%                    | 121.208,12                         | 54,7%   | 10.100,68                                  | 169.541,56                           |
| Servidor público de autarquia ou fundação estadual e do DF               | 713.547           | 2,5%          | 2,5%                    | 102.815,21                         | 46,4%   | 8.567,93                                   | 136,78                               |
| Membro ou servidor público da administração direta municipal             | 1.526.148         | 5,2%          | 3,9%                    | 75.367,49                          | 34,0%   | 6.280,62                                   | 79.443,63                            |
| Servidor público de autarquia ou fundação municipal                      | 588.946           | 2,0%          | 1,5%                    | 74.632,12                          | 33,7%   | 6.219,34                                   | -24.953,12                           |
| <b>Castas dos Governantes</b>  | <b>5.000.047</b>  | <b>17,2%</b>  | <b>18,3%</b>            | <b>107.743,02</b>                  | <b>48,7%</b>                                    | <b>8.978,58</b>                            | <b>109.473,99</b>                    |
| <b>Castas dos Guerreiros Militares</b>                                   | <b>684.428</b>    | <b>2,4%</b>   | <b>2,2%</b>             | <b>95.019,45</b>                   | <b>42,9%</b>                                    | <b>7.918,29</b>                            | <b>66.747,30</b>                     |
| <b>Castas dos Sábios Profissionais liberais ou autônomos sem vínculo</b> | <b>2.166.097</b>  | <b>7,4%</b>   | <b>6,5%</b>             | <b>88.056,68</b>                   | <b>39,8%</b>                                    | <b>7.338,06</b>                            | <b>314.197,18</b>                    |
| <b>Total das Castas</b>  | <b>29.101.516</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b>           | <b>101.059,21</b>                  | <b>45,6%</b>                                    | <b>8.421,60</b>                            | <b>277.077,93</b>                    |

Fonte: DIRPF 2018-AC 2017 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)- Obs.: servidores estaduais têm R\$ 106,37 bi em bens e direitos e R\$ 106,27 bi em dívidas

Observe apenas 405 mil membros ou servidores da administração direta federal ter um rendimento médio per capita próximo (91,3%) do ganho pelos 153 mil capitalistas recebedores de rendimentos de capital, inclusive aluguéis. Repare quanto mais próximo do Poder Federal (“Brasília”) maiores os rendimentos das ocupações. Deduz “o jogo de ganha-ganha”: a casta dos mercadores é corruptora da casta dos oligarcas governantes para impor interesses privados. Nessa relação promíscua, *fisiologismo*, *nepotismo* e *favoritismo* não são incomuns. Piora a situação o *elitismo* próprio da casta dos aristocratas governantes em aliança com a casta dos sábios esnobes. Daí o *neoliberalismo* defender apenas a liberdade de mercado em lugar da defesa dos direitos de minorias.

Segundo a PNADC, a massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita alcançou R\$ 277,7 bilhões em 2018. A parcela dos 10% com os menores rendimentos da população detinha 0,8% da massa, face a 43,1% (R\$ 120 bilhões) dos 10% com os maiores rendimentos. Este último grupo possui uma parcela da massa de rendimento superior à dos 80% da população com os menores rendimentos (41,2%). A dedução é o decil de mais de 80% até 90% se apropriar de 15,7% dessa massa.

Em 2018, o rendimento de todos os trabalhos compunha, 72,4% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita. Os 27,6% provenientes de outras fontes se dividem em rendimentos de aposentadoria ou pensão (20,5%) em sua maioria, mas também em aluguel e arrendamento (2,5%), pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador (1,2%) e outros rendimentos (3,3%).

Até 2015, houve aumento da parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita, atingindo 75,2% naquele ano. A partir de 2016,

aumentou a parcela relativa a outras fontes de rendimento, motivado sobretudo pelo comportamento de alta das aposentadorias e pensões. Este alcançou 20,5% em 2018.

A análise da concentração de rendimento por meio da distribuição das pessoas por classes de rendimento mostrou, em 2018, as pessoas no último percentil de rendimento, ou seja, aquelas componentes do 1% da população com rendimentos mais elevados, cujo rendimento médio mensal real era R\$ 27.744, recebiam, em média, 33,8 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos, cujo rendimento médio mensal real era R\$ 820. Essa razão (33,8) foi a maior de toda a série da PNADC. Esse indicador mostrou trajetória de redução de 2013 (31,3 vezes) até 2016 (30,5 vezes), a partir de quando voltou a crescer, alcançando 31,2 vezes em 2017.

O nível de instrução é um indicador importante na determinação do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos. Apresenta uma correlação positiva, ou seja, *quanto maior o nível de instrução alcançado, maior o rendimento*.

As pessoas sem instrução obtiveram o menor rendimento médio (R\$ 856). Por outro lado, o rendimento das pessoas com ensino fundamental completo ou equivalente foi 67,8% maior, chegando a R\$ 1.436. Com ensino médio completo, R\$ 1.755, e com ensino superior incompleto, R\$ 2.161, pouco abaixo da média de todos os trabalhos (R\$ 2.234). Todos com ensino superior completo tinham rendimento médio aproximadamente três vezes maior em relação ao daqueles com somente o ensino médio completo e cerca de seis vezes o daqueles sem instrução: R\$ 4.997. Daí o valor da casta dos sábios.

O rendimento médio mensal de todas as pessoas entre os 90% e 95% percentis era R\$ 5.245. Entre 95% e 99%, média de R\$ 9.928. E mais de 99% até 100%, em média, R\$ 27.744. Elas pertencem às “castas de natureza ocupacionais” brasileiras. Dada a enorme desigualdade social, *conciliação* é necessária como uma ideologia de coesão nacional.

## Classes de Renda Familiar Ampliada

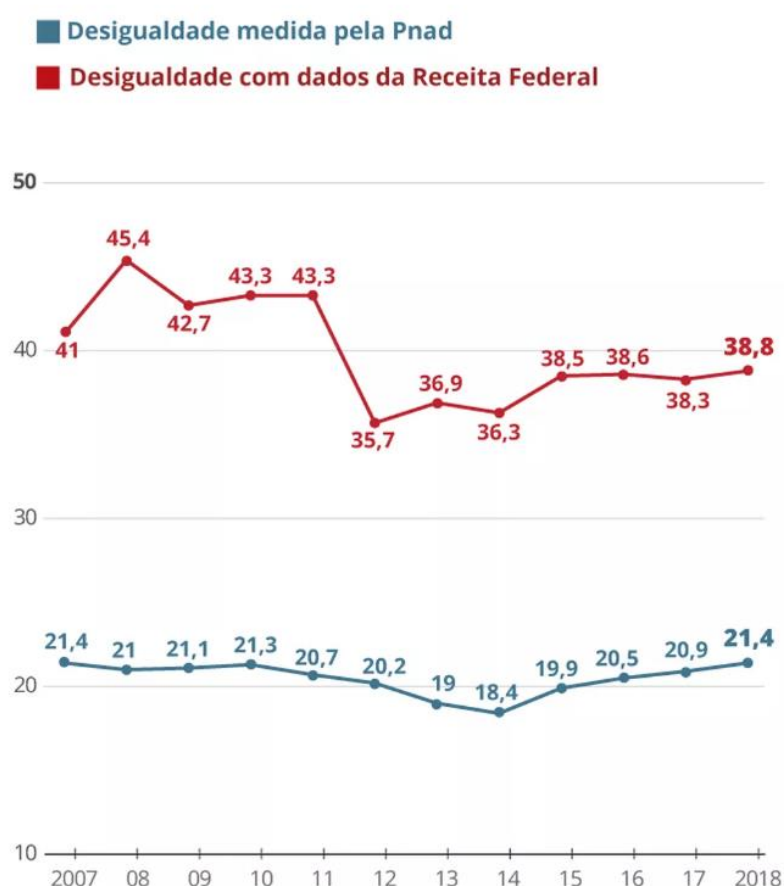
Reportagem publicada por Anna Carolina Papp, André Coelho e Luiz Guilherme Gerbelli, repórteres da GloboNews e G1, em 30/10/2019, resume estudo mostrando a concentração de renda no Brasil ser quase o dobro da apurada pelos dados oficiais. Levantamento da consultoria Tendências com base em dados da Receita Federal mostra a diferença da renda da classe A para a classe D/E ser de quase 39 vezes.

Os dados oficiais de renda e desigualdade são calculados, no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos números da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD). Ela coleta as informações por meio de entrevistas

feitas em domicílios. A partir deste levantamento, o IBGE estima a diferença de renda da classe A para a classe D/E ser de 21,4 vezes, ou seja, os mais ricos ganham em média esse múltiplo além do recebido em média pelos mais pobres.

A consultoria Tendências fez uma simulação por recorte de rendas com base em dados da PNAD e da Receita Federal. Ela usou dados da PNAD para medir a renda média da população até cinco salários mínimos. Mas, para rendas acima desse patamar, utilizou dados declarados à Receita Federal para efeito de Imposto de Renda. Com esses critérios, a diferença de renda entre a classe A e a D/E sobe para 38,8 vezes.

### Quantas vezes a renda da classe A supera a renda da classe D/E



A diferença nos resultados acontece porque a Pnad tem como base entrevistas pessoais. Se uma parte dos entrevistados não declarar todos os ganhos obtidos, por exemplo, em bônus, renda de aluguel e dividendos, nem sempre se consegue mensurar a renda dos mais ricos do país. Com os dados do Imposto de Renda, esse tipo de problema é superado. O cálculo da consultoria considera os dados da Pnad para as faixas de mais baixas rendas porque são, em grande parte, isentas da declaração do IRPF.

No recorte por faixas de renda, a subestimação da renda pela PNAD fica evidente. A pesquisa do IBGE mostra, por exemplo, a massa de renda (todas as rendas

somadas) entre os que ganham acima de 160 salários mínimo ser de R\$ 14,671 bilhões. No levantamento da Tendências, ajustado com dados da Receita Federal, esse montante sobe para R\$ 397,920 bilhões, ou seja, uma diferença de 2.612,4%.

Em faixa de renda de 80 a 160 salários mínimos, a diferença entre os dois levantamentos chega a 1.454,8%. Para a PNAD, a massa de renda dessa faixa de renda somara R\$ 153,731 bilhões.

### Como fica a massa de renda **ajustada**

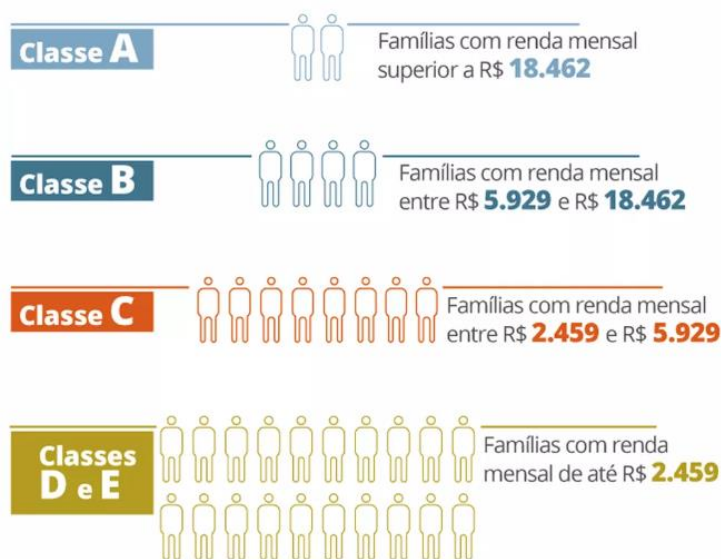
Com o exercício de ajustar as faixas de rendas mais altas da população com **dados da Receita Federal**, observa-se que a massa total do país é **50%** maior do que a estimada pela **Pnad**

| Faixas de renda por salário mínimo | Massa apurada pela Pnad<br>(em milhões de R\$) | Massa ajustada com a Receita<br>(em milhões de R\$) | Diferença    |
|------------------------------------|--|---|--------------|
|                                    |  |   |              |
| Até ½                              | 44.778   | 44.778  | 0%           |
| De ½ a 1                           | 338.521  | 338.521   | 0%           |
| De 1 a 2                           | 633.012  | 633.012   | 0%           |
| De 2 a 3                           | 418.980  | 418.980   | 0%           |
| De 3 a 5                           | 442.967  | 442.967   | 0%           |
| De 5 a 10                          | 449.309  | 578.320   | 28,7%        |
| De 10 a 20                         | 310.878  | 550.443   | 77,1%        |
| De 20 a 40                         | 161.541  | 463.067   | 186,7%       |
| De 40 a 80                         | 40.651   | 287.731   | 607,8%       |
| De 80 a 160                        | 9.887  | 153.731   | 1.454,8%     |
| Acima de 160                       | 14.671   | 397.920   | 2.612,4%     |
| <b>Total</b>                       | <b>2.865.195</b>                               | <b>4.309.47</b>                                     | <b>50,4%</b> |

Outro arbítrio de pesquisadores é estabelecer o critério de corte de classes de renda familiar. Não existe uma linha oficial. A FGV Social usou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do rendimento de todas as fontes (salários, aposentadorias, aluguéis, programas sociais) de 2018, recentemente divulgada pelo IBGE. A Tendência Consultoria usa as definições da tabela abaixo, completamente distinta das linhas de cortes da FGV Social: classe A e B acima de R\$ 8.159; classe C de R\$ 1.892 até R\$ 8.159 e classe D e E até R\$ 1.892.



## Definição de classe de renda



Fonte: Consultoria Tendências

Segundo cálculos do economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, obtidos pelo jornal Valor (29/10/19), o número de famílias ricas e da classe média mais alta (A e B) voltou a crescer no ano passado, enquanto as classes menos favorecidas (D e E) mostraram estabilidade, após um rápido incremento durante a crise. Segundo o especialista, 14,4% da população brasileira integravam as classes A e B no ano passado, o correspondente a 30 milhões de pessoas. No ano anterior, essa proporção era menor, de 13,6% da população. São famílias com renda domiciliar per capita superior a R\$ 8.159, classificada por ele como “classe média tradicional”.

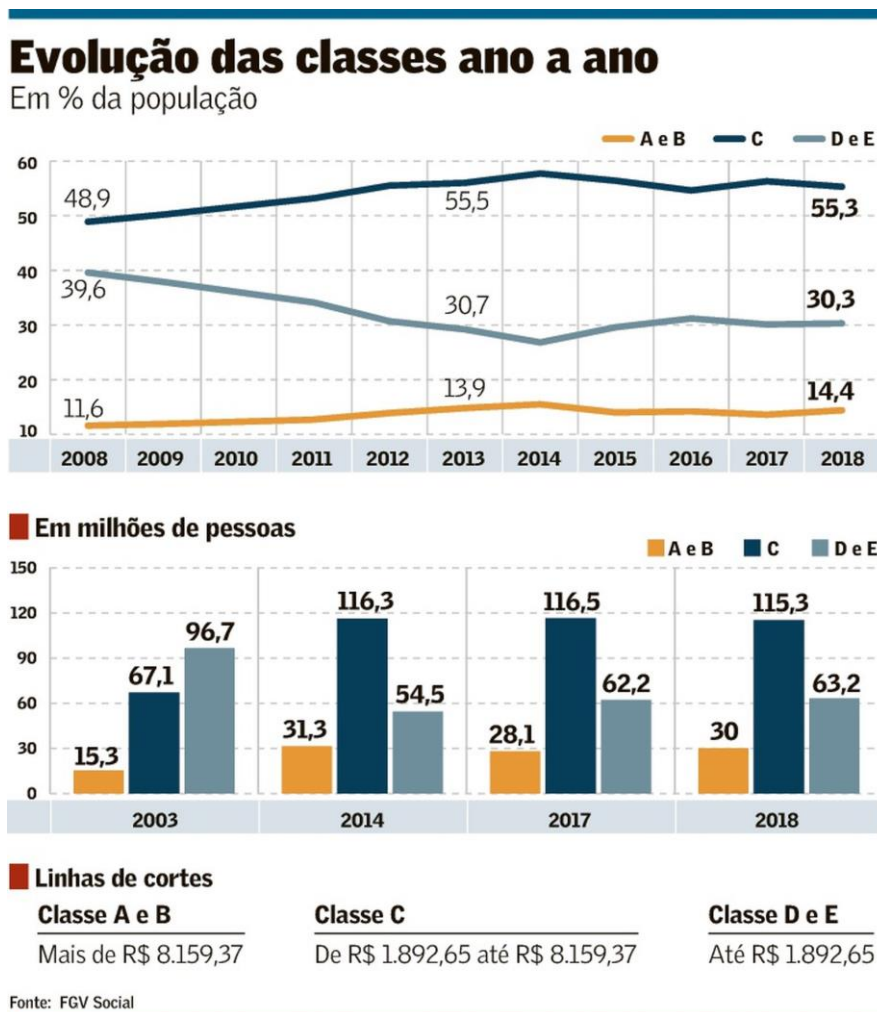
Alcançar o topo da pirâmide de renda do país pode ser explicado, em parte, por nível educacional. Dados da FGV Social mostram a escolaridade média nas classes A e B ser de 13,2 anos, enquanto a média geral da população possui 8,7 anos de estudos. Nesse caso, os dados consideram apenas pessoas acima de 25 anos.

Os mais escolarizados, geralmente, não são os primeiros a serem demitidos. Em todo período de crise recessiva, o poder de barganha é mais forte para os mais escolarizados pelo investimento em treinamento. Por exemplo, o número de quem tem educação executiva (MBAs) nas classes A e B é cinco vezes maior em relação à média.

Além da escolaridade, a renda das classes A e B pode ter se saído melhor por concentrar uma parcela maior de empregadores, como empresários e/ou comerciantes. O lucro das empresas costuma se recuperar das crises antes da recuperação do emprego. A taxa de empreendedorismo nas classes A e B é 12,9%, acima dos 4,8% da população em geral.

A recuperação da renda se dá de maneira desigual. As classes D e E não encolheram em 2018. De acordo com os cálculos de Neri, essa parcela mais pobre representava 30,3% da população em 2018, o correspondente a 62,3 milhões de pessoas, ante 30,1% do ano anterior. O pior foi a classe E2, o estrato extremamente pobre.

No meio da pirâmide, a classe C ficou menor de 2017 (56,3%) para 2018 (55,3%). O movimento pode ser explicado com a volta de famílias para o estrato social mais elevado. Essa chamada “nova classe média”, uma das responsáveis pelo boom de consumo no início da década, está representada por 115,3 milhões de pessoas.



O IBGE também disponibilizou recentemente, pela primeira vez, os microdados da PNAD Contínua com a série histórica da renda de todas as fontes a partir de 2012. Isso permitiu compor um quadro completo da mobilidade social durante a recessão. Ela durou do segundo trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016.

O levantamento da FGV Social mostra as classes A e B terem chegado a representar 15,5% da população em 2014, pico da série temporal. O pior momento ocorreu em 2016, ano do golpe, quando representaram 13,6% da população.

A classe C caiu também cerca de dois pontos percentuais em termos de participação no total. Em 2014, antes dos impactos da crise, a “nova classe média”, representada por famílias com renda per capita de R\$ 1.892 a R\$ 8.159, representava 57,7% da população. Em 2018, o percentual era de 55,3 %.

Essa oscilação pode esconder um efeito composição. Apesar de ter se mantido relativamente estável no tempo, a participação da classe C esconde famílias da classe B empobrecidas, enquanto lares antes classificados como C perderam emprego e renda, rumando para o piso da pirâmide.

Na média geral, a pesquisa do IBGE divulgada recentemente mostrou o rendimento real domiciliar per capita (soma de todas as rendas da família e divisão pelo total de moradores) ter crescido 4% em 2018, frente ao ano anterior, alcançando R\$ 1.337. Essa variação levou à volta do patamar médio alcançado antes da crise.

## Estratificação Social da Carteira de Crédito para Pessoa Física

O *Relatório sobre Estabilidade Financeira*, publicado pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2019, traz dados inéditos sobre a estratificação social da carteira de crédito para Pessoa Física. Reelaborando os dados, a tabela abaixo permite uma comparação entre os perfis das carteiras por modalidade e renda e por ocupação e renda. Fornece mais um retrato revelador da desigualdade social brasileira.

Quando a comparamos com outra fonte de informações, a PNADC 2018 recentemente divulgada, aumenta a nitidez. A análise da concentração de rendimento por meio da distribuição das pessoas por classes de rendimento mostrou, em 2018, as pessoas no último percentil de rendimento, ou seja, aquelas componentes do 1% da população com rendimentos mais elevados, cujo rendimento médio mensal real era R\$ 27.744, recebiam, em média, 33,8 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos, cujo rendimento médio mensal real era R\$ 820. Essa é a renda média de quem está abaixo da mediana. O limite superior dessa mediana era R\$ 1.220.

Quem se situava no decil acima de 70% até 80% recebia praticamente o rendimento médio mensal de toda a população ocupada: R\$ 2.262 contra R\$ 2.234. Em 2018, havia no mercado de trabalho brasileiro 90,1 milhões de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade.

Em relação ao nível de instrução mais elevado alcançado, a participação das pessoas ocupadas com, no mínimo, o ensino médio completo foi de 59,3%. Do total de ocupados, 25,8% eram sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto em

2018. Frente a 2012, o maior crescimento ocorreu no ensino superior completo. Correspondia a 14,8% dos ocupados em 2012 e passou para 20,3% em 2018.

O nível de instrução foi um indicador importante na determinação do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, apresentando uma relação positiva, ou seja, quanto maior o nível de instrução alcançado, maior o rendimento. As pessoas sem instrução apresentaram o menor rendimento médio (R\$ 856). Por outro lado, o rendimento das pessoas com ensino fundamental completo ou equivalente foi 67,8% maior, chegando a R\$ 1.436.

Quem tinha ensino médio completo, em 2017, ganhava próximo da renda média (R\$ 2.246). Em 2018, seu rendimento médio mensal real caiu para R\$ 1.755. Quem ficou próximo da média tinha ensino superior incompleto e recebia R\$ 2.161.

Por fim, os formados com ensino superior completo registraram rendimento médio (R\$ 4.997) aproximadamente três vezes maior em comparação ao daqueles com somente o ensino médio completo e cerca de seis vezes o daqueles sem instrução. Recebendo mais de R\$ 5.245 já situa entre os 10% mais ricos e acima de R\$ 9.928 entre os 5% mais ricos.

A taxa de desocupação entre formados com superior completo era 5,9% no fim de 2018. Com ensino médio completo já dobrava: 12,8%. E com médio incompleto, 20,9%, acima mesmo de sem instrução: 10%. Explica-se essa distribuição da desocupação por nível de instrução. As maiores participações eram: fundamental incompleto, 22,7%; médio incompleto, 12,4%; médio completo, 37,2%; superior completo, 9,6%. Somavam 82%.

O desemprego por classe social (estimada em renda mensal familiar com valores do fim de 2017) eram em 2018 na classe E (19% até R\$ 1.100) 30,7%; classe D (17% até R\$ 1.819) 17,7%; classe C (54% até R\$ 7.278) 8,9%; classe B (5% até R\$ 11.000) 3,8%; classe A (5% acima desse último valor) 3,3%. Portanto, os chefes das famílias entre as 10% mais ricas tendem a terem o ensino superior completo e sofrerem pouco com o desemprego.

| <b>Perfil da carteira PF –<br/>Por modalidade e renda</b> |                    | <b>Perfil da carteira PF –<br/>Por ocupação e renda</b> |                    |
|---|--------------------|---|--------------------|
|   | %<br>SFN (ex-SNCC) |   | %<br>SFN (ex-SNCC) |
| <u>Cartão de Crédito</u>                                  |                    | <u>Agricultor</u>                                       |                    |
| Até 3 s.m.  | 23,20              | Até 3 s.m.  | 2,95               |
| Entre 3 e 5 s.m.  | 18,42              | Entre 3 e 5 s.m.  | 2,27               |
| Entre 5 e 10 s.m.   | 24,02              | Entre 5 e 10 s.m.                                       | 5,57               |
| Acima de 10 s.m.  | 34,37              | Acima de 10 s.m.  | 89,20              |
|   |                    | <u>Aposentado /<br/>Pensionista</u>                     |                    |
| <u>Consignado</u>   |                    | Até 3 s.m.  | 27,49              |
| Até 3 s.m.  | 22,55              | Entre 3 e 5 s.m.  | 24,85              |
| Entre 3 e 5 s.m.  | 21,57              | Entre 5 e 10 s.m.                                       | 22,92              |
| Entre 5 e 10 s.m.   | 26,81              | Acima de 10 s.m.  | 24,74              |
| Acima de 10 s.m.  | 29,07              |   |                    |
|   |                    | <u>Empregado<br/>Privado</u>                            |                    |
| <u>Não Consignado</u>                                     |                    | Até 3 s.m.  | 26,33              |
| Até 3 s.m.  | 15,50              | Entre 3 e 5 s.m.  | 26,13              |
| Entre 3 e 5 s.m.  | 15,19              | Entre 5 e 10 s.m.                                       | 23,14              |
| Entre 5 e 10 s.m.   | 23,81              | Acima de 10 s.m.  | 24,40              |
| Acima de 10 s.m.  | 45,51              |   |                    |
|   |                    | <u>Empresário</u>                                       |                    |
| <u>Outros Créditos</u>                                    |                    | Até 3 s.m.  | 20,27              |
| Até 3 s.m.  | 17,72              | Entre 3 e 5 s.m.  | 21,70              |
| Entre 3 e 5 s.m.  | 13,31              | Entre 5 e 10 s.m.                                       | 25,72              |
| Entre 5 e 10 s.m.   | 17,85              | Acima de 10 s.m.  | 32,31              |
| Acima de 10 s.m.  | 51,12              |   |                    |
|   |                    | <u>Funcionário<br/>Público</u>                          |                    |
| <u>Rural e<br/>Agroindustrial</u>                         |                    | Até 3 s.m.  | 7,75               |
| Até 3 s.m.  | 3,69               | Entre 3 e 5 s.m.  | 14,71              |
| Entre 3 e 5 s.m.  | 3,04               | Entre 5 e 10 s.m.                                       | 30,79              |
| Entre 5 e 10 s.m.   | 7,12               | Acima de 10 s.m.  | 46,75              |
| Acima de 10 s.m.  | 86,14              |   |                    |
|   |                    | <u>Outros</u>   |                    |
| <u>Veículos</u>   |                    | Até 3 s.m.  | 20,26              |
| Até 3 s.m.  | 16,54              | Entre 3 e 5 s.m.  | 15,58              |
| Entre 3 e 5 s.m.  | 25,85              | Entre 5 e 10 s.m.                                       | 19,43              |
| Entre 5 e 10 s.m.   | 28,63              | Acima de 10 s.m.  | 44,73              |
| Acima de 10 s.m.  | 28,97              |   |                    |
|   |                    | <b>Ativos problemáticos PF –<br/>Por faixa de renda</b> |                    |
| <u>Total</u>  |                    | Até 3 s.m.  | 9,97               |
| Até 3 s.m.  | 18,15              | Entre 3 e 5 s.m.  | 7,03               |
| Entre 3 e 5 s.m.  | 18,32              | Entre 5 e 10 s.m.                                       | 5,85               |
| Entre 5 e 10 s.m.   | 22,27              | Acima de 10 s.m.  | 4,94               |
| Acima de 10 s.m.  | 41,26              |   |                    |
|   | <b>100,00</b>      |   |                    |

Fonte: Banco Central do Brasil - Anexo Estatístico do REF out 2019

Dado seu perfil para avaliação de risco, recebem mais crédito! Poderia se argumentar: quem mais necessita completar seu poder de compra com empréstimos é mais pobre, porém, como dizia Mark Twain: “banqueiro é um sujeito capaz de emprestar seu guarda chuva quando o sol está brilhando e o querer de volta quando começa a chover”.

Nos bancos só se empresta dinheiro a quem demonstra não precisar dele. Entenda-se sua avaliação de risco ser de acordo com o perfil da massa de clientes para uma operação pré-compromissada com determinada taxa de juro ofertada. Em princípio, quem tem maior volume de negócios (depósitos e aplicações) registrado no próprio banco costuma receber oferta de empréstimos. Quem tem educação financeira não a aceita, prefere receber juros em vez de pagar juros.

Na distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar per capita segundo as classes de percentual das pessoas, aquelas com mais de 90% até 100% (“classe alta”) recebiam 43% no fim de 2018. Até 50% das pessoas mais pobres (“classe baixa”) receberam 15%. O restante (“classe média” nos decis de 50% até 90%) ficava com 42%.

Quando se analisa os dados da tabela acima com crédito total para Pessoa Física por faixa de renda, acima de 10 salários mínimos recebeu 41%; entre 5 e 10, 22%; entre 3 e 5, 18%; até 3 salários mínimos, os mesmos 18%. Então, os 5% mais ricos receberam quase metade de todo o crédito. Eles receberam além dessa sua participação média (41%) em crédito não consignado (46%), outros créditos (51%) e rural (86%). Os 95% mais pobres se concentraram em cartão de crédito, consignado e veículos.

Quando se analisa o perfil da carteira PF por ocupação e renda, o crédito se concentra em agricultor com renda acima de 10 salários mínimos (89%), menos em funcionário público mais rico (47%) e empresário bem-sucedido (32%). As participações são mais equivalentes por faixas de renda entre aposentados e empregados privados.

Como esperado, dados o desemprego e a menor renda, ativos problemáticos (inadimplentes) são maiores em carteiras dos mais pobres (até 3 salários mínimos): 10%, declinando nas faixas subsequentes mais ricas até baixar para 5% de quem ganha acima de 10 salários mínimos. Por conta da lentidão de seu Poder Judiciário, tempo e custo para recuperação de garantias no Brasil são muito mais elevados em relação ao restante do mundo. Na precificação da taxa de juro, “os justos pagam pelos pecadores”, isto é, os adimplentes arcam com elevado *spread* por conta estar nele a perda com os inadimplentes.

Segundo o Banco Central, na média de 2011 a 2016, 77% do *spread* bancário corresponde aos custos: inadimplência, administrativos, tributários, compulsórios, FGC, etc. Dentre os custos, a inadimplência responde por 55,7% do total.

As despesas com Provisões para Devedores Duvidosos sobre o total de ativos de crédito no Brasil atingem 4,5%, enquanto nos demais países emergentes a média é 1,9% e nos países desenvolvidos, 0,4%. O impacto da carga tributária no *spread* de crédito também é muito mais elevado no país. Seria justo caso fosse para financiar políticas públicas contra a desigualdade social.

O lucro dos bancos nas operações de crédito equivale a 23% do *spread*, considerando recursos livres e direcionados. Lucro é essencial para manter os níveis de Capital (Basileia), delimitando a Razão de Alavancagem e evitando bancarrota. Possibilita também os investimentos bancários em tecnologia da informação, destacadamente para o sistema de pagamentos eletrônicos.

As linhas tradicionais de crédito de PF concentram 86% dos saldos e têm taxa média de juros, ponderada pelos saldos, em 13% aa, antes cerca do dobro da Selic. As *linhas emergenciais ou sem garantia* têm taxa média de 198% aa. Referem-se a cartões de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado, justamente utilizados pelos mais necessitados face ao desemprego e consequente carência de renda para pagar a dívida.

Alíquotas nominais de depósitos compulsórios no Brasil são as mais altas dentre os países analisados, o que resulta em um volume recolhido de 6,4% dos ativos totais dos bancos, comparativamente a 1,9% na mediana dos países de amostra representativa do resto do mundo. Além disso, a Autoridade Monetária brasileira enxuga, artificialmente, o considerado por ela “excesso de liquidez” para colocar o juro básico de mercado no nível de sua meta anunciada no regime de meta inflacionária.

Em síntese, um próximo governo com programa social-desenvolvimentista tem de rever toda essa prática de política monetária e de crédito. Fazê-las de maneira coordenada com política fiscal, cambial e de combate à desigualdade social. A experiência mostra a necessidade de quebrar o tabu de só nomear economistas de O Mercado para a diretoria do Banco Central do Brasil. Jamais se nomeou desenvolvimentistas com uma visão alternativa para implementar outras diretrizes socialmente mais justas.

Entre as quais, trocar as operações compromissadas (quase R\$ 1,3 trilhão) por depósitos voluntários no Banco Central como é feito em outros países. Esse meio de diminuir a dívida bruta (em 18% do PIB) não seria “jabuticaba” nem “contabilidade criativa”. Tendo reservas cambiais para evitar o risco de dolarização, poderia os remunerar com juros reais abaixo de zero em troca do risco soberano, isto é, a garantia da devolução. Isso está ocorrendo nos países de capitalismo maduro. Em conjunto com uma política anticíclica de gasto em investimento público, a consequente demanda por crédito poderia dirigir a oferta para a retomada do crescimento da renda e do emprego.

Enfim, a economia brasileira só será normalizada com crescimento sustentado em inclusão social. O *apartheid* social entre “castas” e “párias” necessita ser superado.

## Fluxos de Renda Real e Valores Atribuídos a Capital Fictício

A Lista dos Bilionários Brasileiros, publicada no número especial da revista de origem norte-americana *Forbes* (Edição Especial; ano VII, n. 71, outubro de 2019), traz uma estimativa de patrimônio apurada, principalmente, a partir do valor de mercado das empresas nas quais os citados têm participação acionária total ou parcial. É uma *riqueza fictícia*, resultante da atual bolha de ações, ou seja, tem como referência os valores atribuídos por impressionismo de poucos investidores com rumores interativos.

Um leitor leigo pode ter se surpreendido com o salto no número de bilionários desde o fim da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014) e a volta da Velha Matriz Neoliberal (2015-2019): de 150 para 206. A fortuna deles passou de 11% a 13% do PIB, ficando oscilando entre 13% e 14% até o ano corrente quando deu um salto para 17%.

Neste período (2015-2019), houve uma Grande Depressão (-7,2 pp do PIB em um biênio) seguida de uma *estagdesigualdade*. O crescimento anual do PIB foi inferior a 1%, ou seja, pouco valor novo foi adicionado como fluxo de renda, mas o estoque de riqueza acionária se elevou muito, apesar da depressão deflacionária não ser bom fundamento.

| Forbes - Brasil Anos | Número de Bilionários | Valor em R\$ bilhões | PIB nominal R\$ bilhões | Participação Relativa (%) | Índice Bovespa Número Pontos | Taxa Média de 2012 ao ano |
|----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 2012                 | 74                    | 346                  | 4.814                   | 7%                        | 60.952                       |                           |
| 2013                 | 124                   | 541                  | 5.331                   | 10%                       | 51.507                       | -16                       |
| 2014                 | 150                   | 644                  | 5.778                   | 11%                       | 50.007                       | -9                        |
| 2015                 | 160                   | 807                  | 5.995                   | 13%                       | 43.350                       | -11                       |
| 2016                 | 165                   | 851                  | 6.267                   | 14%                       | 60.227                       | 0                         |
| 2017                 | 170                   | 869                  | 6.553                   | 13%                       | 76.402                       | 5                         |
| 2018                 | 180                   | 976                  | 6.827                   | 14%                       | 87.887                       | 6                         |
| agosto 2019          | 206                   | 1.206                | 7.041                   | 17%                       | 96.353                       | 7                         |

Fonte: Forbes Ano VII - n. 71; outubro 2019 (elaborado por Fernando Nogueira da Costa)

Para as companhias de capital aberto, essa atribuição de valor ao capital acionário foi estabelecida pela cotação de bolsas de valores, tanto norte-americana, quanto brasileira, considerando-se os preços das ações no dia 30/08/2019. Para as empresas fechadas, o levantamento é feito por comparação com companhias similares cotadas em bolsa, com deságio de 10%, usando a mesma data de referência. Em alguns casos, a estimativa de valor de mercado foi feita por especialistas do setor.



Na lista brasileira, não são levados em conta ativos de riqueza pessoal, como imóveis – exceto em caso de grande valor usado como investimento –, obras de arte, dinheiro em conta bancária ou outras formas de patrimônio. Falta acesso a tais informações.

Para comparação, nos últimos dados disponíveis de DIRPF 2018 – Ano Calendário 2017, o total de bens e direitos foi R\$ 8.918 bilhões, ou seja, acima do PIB do ano: R\$ 6,5 bilhões. Entre os ativos (formas de manutenção de riqueza pessoal) declarados, as ações aparecem como 5% do total dos declarantes. Antes delas, apartamentos (15%), casas (11%), quotas ou quinhões de capital (9%), aplicação de renda fixa (7%) e veículo automotor com automóvel, moto, caminhão, etc. (7%). Esses bens acumulados somaram 54% do valor total histórico, ou seja, sem “marcação a mercado” ou valor atualizado. Aeronave registrada em nome pessoal era 0% ou só 2,9 bilhões...

Muitos analistas de riqueza podem se confundir ao compararem fluxos de renda (PIB ou rendas pessoais), cujo poder de compra é real, com estoque ou saldo de riqueza com valor atribuído. *Estoque* representa um valor estimado em determinado instante no tempo. *Fluxo* indica a variação dos rendimentos desse valor durante um período.

Por exemplo, repórteres costumam me perguntar porque os lucros dos bancos sempre sobem, mesmo com queda da taxa de juro básica. Costumo responder: além do financiamento, bancos obtêm ganhos com carteira de títulos e valores mobiliários, câmbio, derivativos, operações estruturadas no mercado de capitais e prestação de serviços, recebendo tarifas independentemente de juros. Além disso, cobram taxas de administração de recursos de terceiros e para gerenciamento do sistema de pagamentos, destacadamente dos cartões eletrônicos de pagamentos. E recebem juros de empréstimos fixados antes de um *estoque* de créditos concedidos no passado.

A revolução financeira na Holanda do século XVII, um século antes da revolução industrial na Inglaterra, descobriu o seguinte: para se conseguir dinheiro, a melhor maneira é lidar diretamente com ele próprio, em vez de acumulá-lo, indiretamente, através da negociação de bens e serviços. A técnica de usar o dinheiro dos outros – *alavancagem financeira* – é o segredo do negócio capitalista. A partir dela houve a junção dessas duas revoluções, resultando em elevação da produtividade na produção de mercadorias para a compra-e-venda em escala massiva.

Não é surpreendente no total da fortuna dos bilionários brasileiros, no fim de agosto de 2019, R\$ 346 bilhões pertencer a 48 bilionários oriundos e/ou herdeiros do setor financeiro. Em seguida, o maior número de bilionários está em “alimentos e bebidas” (27) com R\$ 276 bilhões, “atacadista e varejo” (29) com R\$ 115 bilhões, “indústria” (18) com R\$ 85 bilhões. Bilionários brasileiros estão se desindustrializando...

O valor em ações dos financistas, segundo a FORBES, representava 29% do total de R\$ 1.206 bilhões. Comparativamente, segundo dados da ANBIMA, 118.189 clientes *Private Banking* possuíam R\$ 2.203.407 per capita em ações, contabilizados tanto diretamente, quanto em fundos de ações. Representava R\$ 260 bilhões ou 22% do total de R\$ 1.204 bilhões, o volume financeiro possuído por esse segmento de clientes ricos em agosto de 2019. Bobos não são. Diversificam a carteira de ativos. Mas é curioso como o valor total da FORBES coincide com o do Private Banking registrado pela ANBIMA.

*Prá não dizer que não falei de pobres...* Os remediados tentam imitar o comportamento aparente dos ricos. No fim de 2017, eram só 620 mil investidores Pessoas Físicas na Bovespa. Desde 2010, quando tinha atingido 611 mil, esse número caiu para 557 mil em 2015 (Grande Depressão e ano pré-golpe). Pois bem, o número de investidores elevou-se para 1,417 milhão nos últimos 21 meses. Isto não é uma bolha de ações?!

Atraiu, principalmente, investidores até 55 anos: de 494 mil em junho de 2018 a 1,141 milhão de investidores em setembro de 2019. Na faixa de 26 a 35 anos, o número cresceu além do dobro para 435.648 (31%). Porém, seu valor em ações ficou em R\$ 15,3 bilhões ou 5% do valor total de Pessoas Físicas. Logo, o valor médio per capita acumulado por esses jovens é apenas R\$ 35.052.

Enquanto isso, na faixa acima de 66 anos eram 129 mil investidores (9%) com o valor acumulado de R\$ 115 bilhões (40%), ou seja, mais R\$ 100 bilhões em relação àquela classe de jovens. O valor per capita dos idosos alcançou R\$ 891.975. Eram 11 mil investidores idosos além do número de clientes *Private Banking*. São CEOs e/ou executivos com *stock-options*? Acionistas bilionários? Mas quem é, hein, essa gente?

| Evolução da Concentração da Riqueza Financeira por Segmentos de Clientes |                  |      |                  |      |                  |        |
|--|------------------|------|------------------|------|------------------|--------|
| Produtos Bancários (com Poupança)  |                  |      | Dezembro de 2015 |      |                  |        |
| Riqueza Financeira   | Valor (R\$ 1000) | Em % | Clientes         | Em % | Per Capita (R\$) | Em %   |
| VAREJO TRADICIONAL   | 821.830.668,97   | 39%  | 66.583.725       | 93%  | 12.342,82        | 42%    |
| Poupança (> R\$ 100) R\$ mil   | 531.772.400,00   | 25%  | 60.260.349       | 84%  | 8.824,58         | 30%    |
| FIFs e TVMs - R\$ Mil  | 290.058.268,97   | 14%  | 6.323.376        | 9%   | 45.870,79        | 156%   |
| VAREJO ALTA RENDA  | 569.896.866,99   | 27%  | 5.044.615        | 7%   | 112.971,33       | 385%   |
| Poupança (> R\$ 100) R\$ mil   | 71.807.734,09    | 3%   | 1.919.900        | 3%   | 37.401,81        | 128%   |
| FIFs e TVMs - R\$ Mil  | 498.089.132,89   | 24%  | 3.146.863        | 4%   | 158.281,17       | 540%   |
| TOTAL DO VAREJO  | 1.391.727.535,95 | 66%  | 71.628.340       | 100% | 19.429,84        | 66%    |
| Poupança (> R\$ 100) R\$ mil   | 603.580.150,66   | 29%  | 62.180.249       | 87%  | 9.706,94         | 33%    |
| FIFs e TVMs - R\$ Mil  | 788.147.385,29   | 37%  | 9.448.091        | 13%  | 83.418,69        | 284%   |
| PRIVATE BANKING  |                  |      |                  |      |                  |        |
| FIFs e TVMs - R\$ Mil  | 712.480.020,24   | 34%  | 109.894          | 0,2% | 6.483.338,67     | 22103% |
| TOTAL GERAL PF   | 2.104.207.556,19 | 100% | 71.738.234       | 100% | 29.331,74        | 100%   |
| Saldos de Fim de Período   |                  |      | Junho de 2019    |      |                  |        |
| Riqueza Financeira   | Valor (R\$ 1000) | Em % | Clientes         | Em % | Per Capita (R\$) | Em %   |
| VAREJO TRADICIONAL   | 912.717.843,89   | 30%  | 66.891.299       | 91%  | 13.644,79        | 33%    |
| Poupança (> R\$ 100) R\$ mil   | 612.180.911,35   | 20%  | 58.743.936       | 80%  | 10.421,18        | 25%    |
| FIFs e TVMs - R\$ Mil  | 300.536.932,55   | 10%  | 8.147.363        | 11%  | 36.887,63        | 89%    |
| VAREJO ALTA RENDA  | 968.706.393,40   | 32%  | 6.764.148        | 9%   | 143.211,89       | 346%   |
| Poupança (> R\$ 100) R\$ mil   | 117.603.861,92   | 4%   | 2.506.254        | 3%   | 46.924,16        | 113%   |
| FIFs e TVMs - R\$ Mil  | 851.102.531,49   | 28%  | 4.257.894        | 6%   | 199.888,14       | 482%   |
| TOTAL DO VAREJO  | 1.881.424.237,30 | 62%  | 73.655.447       | 100% | 25.543,59        | 62%    |
| Poupança (> R\$ 100) R\$ mil   | 729.784.773,26   | 24%  | 61.250.190       | 83%  | 11.914,82        | 29%    |
| FIFs e TVMs - R\$ Mil  | 1.151.639.464,03 | 38%  | 12.405.257       | 17%  | 92.834,79        | 224%   |
| PRIVATE BANKING  |                  |      |                  |      |                  |        |
| Poupança - R\$ mil   | 1.902.741,33     | 0%   |                  |      |                  |        |
| FIFs e TVMs - R\$ Mil  | 1.176.294.999,60 | 38%  | 117.643          | 0,2% | 9.998.852,46     | 24124% |
| TOTAL GERAL PF   | 3.057.719.236,90 | 100% | 73.773.090       | 100% | 41.447,62        | 100%   |

Fonte: ANBIMA (elab. FNC) Obs.: *Private Banking* inclui Previdência Aberta (10,7% total) e Renda Variável (14,7%) além dos FIF de a

Sabemos o cliente *Private* ter R\$ 10 milhões per capita. Ganhou R\$ 3,5 milhões cada um de dezembro de 2015 a junho de 2019, ou seja, nos últimos 3,5 anos, um “milhãozinho” a cada ano pós-golpe. As 4,257 milhões de pessoas da classe média alta ficaram felizes em ter em média por cabeça R\$ 200 mil e ter ganhado R\$ 42 mil per capita no mesmo período?! Tristes ficaram as 8,147 milhões pessoas da classe média baixa (“varejo tradicional”) com reservas financeiras, cada qual, de R\$ 37 mil. Perdeu cada um R\$ 9 mil desde o golpe. Quem vestiu a camisa amarela da CBF e “bateu panela vazia” está feliz?

#### DEPÓSITOS DE POUPANÇA EM DEZEMBRO DE 2018

| Faixas                               | Clientes   | %     | Valores (R\$ mil) | %   | Média Per Capita |
|--------------------------------------|------------|-------|-------------------|-----|------------------|
| De R\$ 0,01 a R\$ 100,00             | 89.548.809 | 56,6  | 1.287.275         | 0,2 | R\$14,38         |
| De R\$ 100,01 a R\$ 1.000,00         | 28.491.390 | 18,0  | 12.079.012        | 1,5 | R\$423,95        |
| De R\$ 1.000,01 a R\$ 25.000,00      | 33.259.364 | 21,0  | 208.571.276       | 27  | R\$6.271,05      |
| De R\$ 25.000,01 a R\$ 100.000,00    | 5.512.156  | 3,4   | 261.610.337       | 33  | R\$47.460,62     |
| Subtotal                             | 67.262.910 | 99,0  | 482.260.625       | 62  | R\$7.169,79      |
| De R\$ 100.000,01 a R\$ 1.000.000,00 | 1.293.667  | 0,8   | 257.455.939       | 33  | R\$199.012,53    |
| Acima de R\$ 1.000.000,00            | 16.329     | 0,2   | 42.349.298        | 5   | R\$2.593.502,24  |
| Subtotal                             | 1.309.996  | 1,0   | 257.455.939       | 38  | R\$196.531,85    |
| TOTAL                                | 68.572.906 | 100,0 | 739.716.564       | 100 | R\$10.787,30     |

Fonte: FGC - Fundo Garantidor de Crédito - Censo Dez de 2018 - Obs: média per capita sem < R\$ 100,00 para outras faixas

Os depositantes de poupança compõem os “párias” brasileiros: cerca de 90 milhões com saldo abaixo de R\$ 100 têm R\$ 14 e 68 milhões com saldos acima, R\$ 11 mil. Mas, entre R\$ 100 e R\$ 100 mil, os depositantes fornecem 62% do maior *funding* do sistema financeiro: R\$ 740 bilhões em depósitos de poupança em dezembro de 2018. Há 1% dos depositantes de poupança com 38% do total, inclusive 1,3 milhão de

depositantes milionários. O varejo tradicional, visto como representativo da classe média baixa, faz autofinanciamento habitacional.

Atenção: em estoque de riqueza, o varejo tradicional tinha R\$ 913 bilhões, inclusive em poupança, e o varejo de alta renda, R\$ 986 bilhões, somando ambas classes de riqueza financeira R\$ 1,9 trilhão de reais, acima dos R\$ 1,2 trilhão em agosto de 2019 do volume financeiro possuído pelo segmento de clientes *Private*. Trabalhadores do mundo, uni-vos! O capital de origem trabalhista, em conjunto, supera o capital dos ricos!

Em 2018, segundo a PNADC divulgada recentemente, o rendimento médio mensal real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 27.744, correspondente a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 820), isto é, abaixo da mediana e inferior a um salário mínimo de R\$ 998. Os 10% da população com os menores rendimentos detinham 0,8% da massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita, enquanto os 10% com os maiores rendimentos concentravam 43%. Quem ganha acima de R\$ 5 mil tem Ensino Superior Completo e está entre os 10% mais ricos. Quem tem doutorado ganha acima de R\$ 10 mil e está entre os 5% mais ricos. O 1% mais rico em renda do trabalho pertence também às “castas” brasileiras.

O rendimento médio real de todas as fontes teve crescimento de cerca de 5,1% de 2012 (R\$ 2.072) a 2014 (R\$ 2.177), depois caiu 3,1% em 2015 (R\$ 2.110). Em 2016 e 2017, manteve relativa estabilidade e, em 2018, subiu 2,8%, para R\$ 2.166. Seu fluxo de renda está abaixo do recebido no fim da Era Social-Desenvolvimentista, antes da volta da Velha Matriz Neoliberal. Volta, Frente Ampla de Esquerda! Da extrema aos liberais clássicos!

## Moedas Paralelas: Disputa entre Mercado e Estado sob o olhar da Comunidade

Em companhia de dois, três provocam *complexidade*. Nunca o(a) outro(a) foi bem aceito(a) em uma relação de casal. Porém, O mundo real vai muito além de pares e/ou raciocínios binários, tipo Tico-e-Teco (“2 neurônio” sem S e sem conversarem entre si).

É um contumaz reducionismo se restringir a análise socioeconômica à disputa entre O Estado e O Mercado. Este é louvado como um ser sobrenatural e tratado com letras maiúsculas, porquanto ser visto como onipresente, onipotente e onisciente, embora estes dois últimos atributos sejam logicamente contraditórios. Se Ele prevê o futuro, perderá o poder de mudar o rumo da história...

Uma série de filmes recentes tem feito comentários sociais a respeito da reação de A Comunidade face à disputa binária entre O Mercado e O Estado: *Coringa*, *Bacurau*, *A Lavanderia*, etc. O primeiro é apresentado como invasor da privacidade, sugador de mentes, explorador dos “perdedores” (“losers”) descartáveis, inclusive com seguidos corte dos seus direitos sociais. O Mercado impõe o corte dos gastos públicos em nome da prioridade colocada na solvabilidade do Estado soberano quanto aos títulos de dívida pública usados como lastro da riqueza privada. Ou, antes, para eliminação do risco da eutanásia dos rentistas se a inflação ultrapassar os juros prefixados.

O Estado, por sua vez, é representado por milionários/bilionários populistas e/ou políticos oportunistas, circunstancialmente eleitos ao aproveitar da raiva difusa do povo eleitor contra o desemprego cíclico e tecnológico, a reversão da mobilidade social, a corrupção, a letalidade policial, entre outras mazelas cotidianas. O populista de direita diz falar “em nome do povo”, na verdade, o reduz a uma diminuta maioria eventual, angariada apenas na data da eleição, e esmaga os direitos dos demais cidadãos. Logo, com a decepção da maioria dos eleitores iludidos, sua base de apoio se torna minoria.

A Comunidade é tratada como mera “massa de manobra” para proveito individualista. Seja como palhaços enlouquecidos (no *Coringa*), seja como caças revoltadas (no *Bacurau*), ou mesmo, como viúvas sem marido e dinheiro (em *A Lavanderia*), os filmes mostram a explosão vingativa do ódio popular. No Chile em chamas, por conta de uma revolta de eleitores fartos do neoliberalismo, monumentos e muros da capital amanheceram pichados com frases do filme de Todd Phillips. Foi pichada a frase “*We are all Clowns*”, traduzindo o sentimento popular: “Nós somos todos palhaços”.

No Equador, a revolta foi também contra o modelo neoliberal, defendido em benefício próprio por O Mercado, para ser imposto a todos países atrasados. Os índios, os nativos e, principalmente, as mulheres indígenas se insurgiram contra essa ideologia governamental indiferente à Comunidade. Aguardam-se, na América Latina, novas explosões populares de raiva difusa. Aqui, talvez, contra o neofascista *Sniper* de helicóptero, cujas “balas-perdidas” atingem vítimas inocentes.

O “dinheiro de helicóptero” será a solução contra o desemprego e a carência de renda? Até essa proposta de política de financiamento monetário do gasto público, para evitar aumento do endividamento, em investimentos de infraestrutura e subsídios ao financiamento habitacional de interesse social, é vista com restrição por economistas-chefes de O Mercado. Eles pautam a imprensa chapa-branca em nome da ideologia neoliberal defensora apenas da liberdade econômica – e indiferente aos demais direitos (civis, políticos e sociais) da Comunidade.

Assisti uma apresentação no XXIII Congresso Brasileiro de Economistas sobre *criptoativos*. Os três representantes de O Mercado se estenderam tanto na propaganda

enganosa a ponto de não sobrar tempo para o debate com os economistas de posição antagônica. Durante suas longas exposições apologéticas da insurgência da inovação tecnológico-monetária “fora-do-controle” de O Estado, “para preservar a privacidade dos indivíduos”, foi possível analisar a retórica típica desses executivos *yuppies*.

De início, retomam o abandonado conflito de gerações para louvar a indústria de gestão de recursos e seus novos *gadgets* à mão. “A preferência dos investidores está mudando conforme os *millennials* e a geração Z tomam o lugar dos *baby boomers* e da geração Y no mundo dos investimentos. A tecnologia avançou ao ponto de usar micro-ondas para economizar milissegundos em negociações. Os órgãos reguladores reconheceram a velocidade das inovações e estão criando *sandboxes* para as *fintechs* testarem suas soluções em um ambiente controlado e sob sua supervisão.” Ora, ora, nem crianças brincando em caixas-de-areia acreditariam em controle da Autoridade Monetária sobre as moedas-digitais emitidas à vontade por rede formada por tecnólogos de O Mercado.

A retórica mercadológica busca sempre contar histórias, isto é, inventivas narrativas capazes de serem apreendidas pelos cérebros de humanos abominadores de *complexidade*. Esta é o reconhecimento de o comportamento coletivo de todo o sistema não poder ser simplesmente inferido a partir do entendimento do comportamento dos componentes individuais. Os propagandistas do individualismo adotam um método de enrolar, capaz de juntar fatos, generalizações de baixo nível de abstração e tecnologias de conhecimento apenas de especialistas, para iludir leigos. Arremata esse malcozido discurso ainda adicionando pitadas de julgamentos de valor em uma narrativa imaginada ser coerente.

Não se inibem em propagandear enganos ilusórios: “o *Bitcoin* é um dos ativos mais rentáveis da história do capitalismo. Se um investidor tivesse comprado US\$ 100 nas primeiras negociações de *Bitcoin*, em 2010, teria hoje mais de US\$ 5 milhões. Os retornos de 5.000.000% mexem com o imaginário tanto do investidor comum quanto do institucional. Mesmo hoje o *Bitcoin* ainda é uma opção muito atraente.”

Argumentam: “a união entre a indústria dos fundos de investimento e a dos *criptoativos* estar só começando, mas mostrar grande potencial. Para tanto, basta os agentes tradicionais reduzirem sua desconfiança em relação às inovações”. Ora, não se trata de reação conservadora contra o avanço da história, mas sim de conhecimento das instituições sociais, entre as quais, a moeda é uma das mais estudadas. Deveria ser obrigatório qualquer economista formado saber diferenciar entre moedas e dinheiro.

Sempre houve tentativas de criar diferentes formas de moeda, seja por O Mercado, seja por A Comunidade. Qualquer bem de quantidade escassa e desejado por muitos passa a ser visto como moeda na função reserva de valor. Por exemplo, o ouro é extraído das profundezas das minas para ser recolocado novamente nos subsolos, em

cofres-fortes de Bancos Centrais, só a longa distância de onde foi extraído. Como o valor simbólico, atribuído por uma massa de especuladores boateiros, é volátil, em tempos de insegurança social, o escasso parece oferecer segurança individual! É puro rumor!

A diferença dessas moedas materializadas para a digital desmaterializada é questão de fé. Então, os sacerdotes de O Mercado pregam a crença em uma moeda invisível, escritural como outras, mas desejada por muitos. Possibilitaria o enriquecimento fácil.

Em uma religião, profeta é quem diz ter sido contatado pelo sobrenatural. Em Economia, diz ter sido contratado pelo divino O Mercado e ser capaz de falar por Ele, servindo como um porta-voz intermediário com a Humanidade, isto é, a Reles Comunidade, composta de desprezíveis carneirinhos com comportamento de rebanho. Ele passa este novo conhecimento, descoberto junto à entidade sobrenatural, para seus seguidores crentes.

A mensagem transmitida pelo profeta é chamada de Profecia. No caso, é *autorrealizável*: se todos querem qualquer coisa dada, o valor daquilo sobe às alturas. Infla como uma bolha. E depois explode como um sonho irreal.

Os representantes dos fundos de *bitcoin* e outros *criptoativos* propagam a sua grande atratividade como um investimento por conta de sua súbita valorização. Não alertam sua grande volatilidade representar risco em mercado financeiro. E tampouco falam de liquidez: dificuldade de, em momentos de crise, os resgatar. Isso sem falar em inúmeras Pirâmides da Felicidade, o Esquema Ponzi de novas entradas serem contabilizadas como retornos. O instinto puramente especulativo leva os incautos não só a acreditar nos valores crescerem ainda mais, mas também a crer possuem a genialidade especial de cair fora antes de O Mercado desabar. É a falácia conhecida como “sorte do iniciante”. Ele sempre entra no *boom*, ganha e se gaba tanto a ponto de atrasar-se perante o *crash*.

Moeda nacional tem curso forçado por pagar tributos em determinado território. Uma moeda com valor especulativo e capaz de transpor fronteiras nacionais é muito capaz de atender a interesses do narcotráfico, do mercado global de armas, da escravidão sexual, entre outros mercados paralelos criminosos. Por isso, sete das empresas de alta visibilidade, entre as quais eBay, PayPal, Visa e Mastercard, recuaram do projeto Libra, liderado pelo Facebook. Membros da Associação Libra se afastaram após autoridades reguladoras e políticos do mundo inteiro terem advertido: uma moeda digital do mercado de massa representaria uma ameaça ao sistema financeiro, além de levar à lavagem de dinheiro e possibilitar maior financiamento ao terrorismo.

Um economista consciente de sua responsabilidade necessita alertar a razão da moeda oficial ser de curso forçado: para A Comunidade e O Mercado pagarem impostos

para O Estado atender à demanda social por serviços públicos como segurança, educação, saúde, etc. Para se tornar *dinheiro*, tem de cumprir todas as três funções clássicas: reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento. *Todo dinheiro é moeda, mas nem todas as moedas se transformam em dinheiro por seu uso geral.*

## Desigualdade de Gênero em Finanças

A desigualdade de gênero é um fenômeno social estudado pela Sociologia. Quando ocorre discriminação e/ou preconceito face a outra pessoa por conta de seu gênero (feminino ou masculino) é possível ela ser detectada por indicadores conjunturais ou essa desigualdade é histórica e estrutural, pouco variando ao longo do tempo? Reflete condições educacionais e capacitações profissionais díspares entre os gêneros ou a desigualdade de oportunidades, dados os poderes de barganha diferenciados?

Essa discriminação é observada principalmente quando, no âmbito profissional, pessoas do gênero feminino recebem salários inferiores aos de pessoas do gênero masculino, mesmo ambos exercendo a mesma função. Também existe discriminação quando ocorre a criação de hierarquia familiar com a mulher subordinada a um homem, especialmente, a respeito a tarefas domésticas. A divisão de tarefas sexuais não se dá apenas na gravidez para a reprodução, mas muitas vezes também na educação dos filhos e nos cuidados com o lar. Geralmente, homens cuidam de obter receitas para a família e mulheres controlam as despesas domésticas.

O combate à desigualdade de gênero está diretamente relacionado com a conquista de direitos iguais para todos os humanos. É preciso garantir todos os cidadãos terem os mesmos direitos civis e políticos, independentemente de raça, condição social ou gênero.

Para investigar a desigualdade de gênero em Finanças, isto é, gestão da própria riqueza financeira, é necessário evitar confusão entre os conceitos de gênero e de sexo. Tradicionalmente, a palavra *gênero* é vista como sinônimo da palavra *sexo*, ou seja, uma pessoa do sexo feminino é também do gênero feminino. Sob o ponto de vista politicamente correto, trata-se de um *conceito social* capaz de indicar aspectos culturais e sociais associados a um determinado gênero.

Deve-se atentar para *a identidade de gênero*, isto é, como um indivíduo se identifica com o sexo ao qual pertence biologicamente, podendo ou não estar em conformidade com esse fator biológico. Uma pessoa nascida com o sexo biológico feminino, por exemplo, pode não se sentir à vontade socialmente e se identificar mais com o gênero masculino, optando assim por viver de acordo com essa identificação.



Nesse caso, trata-se de *transgênero*, ou seja, o gênero define a identidade sexual de um indivíduo.

Já o sexo de um indivíduo está relacionado ao *âmbito biológico*. Refere-se ao sexo com o qual uma pessoa nasceu, independentemente do sexo com o qual essa pessoa se identifica. Engloba, principalmente, características biológicas comuns a determinado sexo, como o sistema reprodutor (masculino ou feminino) e determinadas características físicas como musculatura e voz.

Na sociedade brasileira, a desigualdade entre gêneros ainda é a realidade de diferentes segmentos sociais. O Brasil ocupa o 90º lugar no ranking do Fórum Econômico Mundial sobre a igualdade entre homens e mulheres em 144 países. Pior, caiu cerca de onze posições nesse ranking nos últimos anos, demonstrando um retrocesso recente no processo de luta pela igualdade de gênero. Por isso, “ele não!”

Fatores relacionados com as possíveis causas da desigualdade de gênero podem ser vistos no mercado de trabalho. A possibilidade de demissão das recém-mães até dois anos após o término da licença-maternidade é maior face a mulheres solteiras ou sem filho(s). O assédio sexual também não é raro em ambientes profissionais machistas.

O Brasil passou da 86ª para a 110ª colocação no ranking de “Empoderamento Político”, por conta de poucas mulheres nos recentes ministérios do governo federal ou candidatas mulheres apenas para cumprir a lei, sendo tratadas como “laranjas”. O gênero masculino domina áreas como Ciências Exatas e Ciências Biológicas, embora essas habilidades não estejam relacionadas a características inatas, mas sim a fatores culturais e ao preconceito de gênero. Porém, o gênero feminino está superando o masculino no acesso ao Ensino Superior e na conclusão da graduação em geral.

O índice de escolaridade da população de gênero feminino é superior ao de gênero masculino, mas as mulheres enfrentam maior dificuldade na busca por um emprego e na atribuição de seus salários. Em 2018, pela PNADC, a média salarial do gênero feminino (R\$ 1.938) equivalia a 79% da média salarial (R\$ 2.460) do gênero masculino. O desemprego também aponta desvantagem para as mulheres: o índice de desemprego do gênero feminino é de 13,4%, enquanto o do gênero masculino é de 10,5%.

Apesar de todos esses significados da desigualdade de gêneros, ainda não se encontra um estudo, mesmo breve, sobre a ocorrência desse fenômeno nas Finanças. Fui cobrado por isso por uma amiga feminista. O *feminismo* não defende as mulheres serem melhores, se comparadas aos homens, ou terem relativamente mais direitos, mas sim luta pelo direito à igualdade. Nesse sentido, deve ser composto por todos igualitários de esquerda.

**Tabela 3 - Resumo das Declarações Por Gênero e Tipo de Declaração**

| Gênero        | Tipo de Decl. | Qtde Declarantes  | Números Em % | Rendimentos Totais. Em % | Rendimentos Totais Per Capita Mensais | Patrimônio líquido (BD -DO) Em % | Doações e Heranças Em % |
|---------------|---------------|-------------------|--------------|--------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| Masculino     | Individual    | 16.023.028        | 55%          | 55%                      | R\$8.405,93                           | 60%                              | 31%                     |
|               | Conjunta      | 623.122           | 2%           | 7%                       | R\$29.243,99                          | 12%                              | 27%                     |
|               | Subtotal      | 16.646.150        | 57%          | 62%                      | R\$9.185,97                           | 71%                              | 58%                     |
| Feminino      | Individual    | 12.173.045        | 42%          | 36%                      | R\$7.209,65                           | 27%                              | 39%                     |
|               | Conjunta      | 279.361           | 1%           | 2%                       | R\$15.688,03                          | 2%                               | 3%                      |
|               | Subtotal      | 12.452.406        | 43%          | 38%                      | R\$7.399,86                           | 29%                              | 42%                     |
| NI / Inválido | Subtotal      | 2.960             | 0%           | 0%                       | R\$8.193,69                           | 0%                               | 0%                      |
| <b>Total</b>  |               | <b>29.101.516</b> | <b>100%</b>  | <b>100%</b>              | <b>R\$8.421,60</b>                    | <b>100%</b>                      | <b>100%</b>             |

Fonte: DIRPF 2018-AC 2017 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Começando a análise da Desigualdade de Gênero em Finanças pelas Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física do exercício 2018 – ano calendário 2017, observa-se 43% declarantes serem do gênero feminino. No entanto, recebem apenas 38% dos rendimentos totais e só têm 29% do patrimônio líquido total – bens e direitos descontados de dívidas e ônus. Há maior equilíbrio entre participações nos números de declarantes (43%) e doações e heranças (42%). Estas, nas declarações conjuntas realizadas por mulheres (3%), somam pouco às realizadas individualmente (39%). No caso de declarações conjuntas feitas por homens somam muito (27%). Os casamentos dos homens com herdeiras mais ricas talvez expliquem o fenômeno: “golpe do baú”?

O lema “unidos venceremos” parece ser verdadeiro para as 902 mil declarações conjuntas. Seus rendimentos totais per capita se destacam face aos das 28,2 milhões individuais por serem, na prática, rendas familiares. Porém, nas DIRPF realizadas por homens esses rendimentos são quase o dobro (R\$ 29.244) dos encontrados nas efetuadas por mulher chefe-de-família (R\$ 15.688).

**Tabela 3 - Resumo das Declarações Por Gênero e Tipo de Declaração**

| Gênero        | Tipo de Decl. | Qtde Declarantes  | Rendim. Tribut. | Rendim. Tribut. Exclus. | Rendim. Isentos | Rendimentos Totais |
|---------------|---------------|-------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|--------------------|
| Masculino     | Individual    | 16.023.028        | 59%             | 10%                     | 31%             | 100%               |
|               | Conjunta      | 623.122           | 36%             | 13%                     | 50%             | 100%               |
|               | Subtotal      | 16.646.150        | 56%             | 11%                     | 33%             | 100%               |
| Feminino      | Individual    | 12.173.045        | 65%             | 9%                      | 26%             | 100%               |
|               | Conjunta      | 279.361           | 57%             | 11%                     | 32%             | 100%               |
|               | Subtotal      | 12.452.406        | 64%             | 9%                      | 27%             | 100%               |
| NI / Inválido | Subtotal      | 2.960             | 56%             | 6%                      | 37%             | 100%               |
| <b>Total</b>  |               | <b>29.101.516</b> | <b>59%</b>      | <b>10%</b>              | <b>31%</b>      | <b>100%</b>        |

Fonte: DIRPF 2018-AC 2017 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Vale advertir sobre o fato desses *rendimentos totais* representarem a soma de rendimentos *tributáveis* (de trabalho), *tributados exclusivamente na fonte* (13º, juros, PLR, etc.), *isentos e não tributáveis* (lucros e dividendos recebidos, transferências

patrimoniais sob forma de doações e heranças, etc.). Relativamente, o gênero feminino tem mais rendimentos tributáveis (64% contra 56%) e menos isentos (27% contra 33%).

Mas, confira na Tabela 3 das DIRPF, reelaborada acima, os 623 mil casais com declarações conjuntas feitas pelo chefe-de-família masculino mais se beneficiam de rendimentos isentos: 50% dos rendimentos totais. São as famílias com renda per capita mensal mais elevada: R\$ 29.244, portanto, inclusa no top 1% mais rico. São 2% dos declarantes com 12% do total do patrimônio líquido.

Abaixo de 3 salários mínimos (“classe de baixa renda”), as mulheres têm menores participações relativas ao total, de 3 a 10 (“classe média”), maiores participações, e acima de 10 (“classe alta”), ligeiramente menor em relação aos homens. Quanto mais elevadas as faixas de salários mínimos, maiores as participações masculinas entre os declarantes. Veja a Tabela 6 das DIRPF, reelaborada abaixo.

**Tabela 6 - Resumo das Declarações Por Faixa de Base de Cálculo Anual e Gênero**

| Faixa de Salário Mín. Mensal | Qtde Declarantes |            |            | % Declarantes |           |        | % Declarantes |           |        |
|------------------------------|------------------|------------|------------|---------------|-----------|--------|---------------|-----------|--------|
|                              | Masculinos       | Femininos  | Total      | Masculinos    | Femininos | Total  | Masculinos    | Femininos | Total  |
| até 1/2                      | 1.621.759        | 1.126.405  | 2.748.164  | 9,7%          | 9,0%      | 9,4%   | 59,0%         | 41,0%     | 100,0% |
| de 1/2 a 1                   | 954.815          | 723.360    | 1.678.175  | 5,7%          | 5,8%      | 5,8%   | 56,9%         | 43,1%     | 100,0% |
| de 1 a 2                     | 2.987.014        | 2.182.713  | 5.169.727  | 17,9%         | 17,5%     | 17,8%  | 57,8%         | 42,2%     | 100,0% |
| de 2 a 3                     | 4.484.540        | 3.078.961  | 7.563.501  | 26,9%         | 24,7%     | 26,0%  | 59,3%         | 40,7%     | 100,0% |
| de 3 a 5                     | 3.162.710        | 2.663.664  | 5.826.374  | 19,0%         | 21,4%     | 20,0%  | 54,3%         | 45,7%     | 100,0% |
| de 5 a 7                     | 1.172.589        | 1.053.543  | 2.226.132  | 7,0%          | 8,5%      | 7,7%   | 52,7%         | 47,3%     | 100,0% |
| de 7 a 10                    | 861.779          | 716.611    | 1.578.390  | 5,2%          | 5,8%      | 5,4%   | 54,6%         | 45,4%     | 100,0% |
| de 10 a 15                   | 671.794          | 486.734    | 1.158.528  | 4,0%          | 3,9%      | 4,0%   | 58,0%         | 42,0%     | 100,0% |
| de 15 a 20                   | 307.287          | 199.604    | 506.891    | 1,8%          | 1,6%      | 1,7%   | 60,6%         | 39,4%     | 100,0% |
| de 20 a 30                   | 270.825          | 162.678    | 433.503    | 1,6%          | 1,3%      | 1,5%   | 62,5%         | 37,5%     | 100,0% |
| de 30 a 40                   | 80.767           | 37.921     | 118.688    | 0,5%          | 0,3%      | 0,4%   | 68,0%         | 32,0%     | 100,0% |
| de 40 a 60                   | 42.665           | 13.987     | 56.652     | 0,3%          | 0,1%      | 0,2%   | 75,3%         | 24,7%     | 100,0% |
| de 60 a 80                   | 12.517           | 3.181      | 15.698     | 0,1%          | 0,0%      | 0,1%   | 79,7%         | 20,3%     | 100,0% |
| de 80 a 160                  | 10.744           | 2.289      | 13.033     | 0,1%          | 0,0%      | 0,0%   | 82,4%         | 17,6%     | 100,0% |
| de 160 a 240                 | 2.153            | 396        | 2.549      | 0,0%          | 0,0%      | 0,0%   | 84,5%         | 15,5%     | 100,0% |
| de 240 a 320                 | 868              | 151        | 1.019      | 0,0%          | 0,0%      | 0,0%   | 85,2%         | 14,8%     | 100,0% |
| mais de 320                  | 1.324            | 208        | 1.532      | 0,0%          | 0,0%      | 0,0%   | 86,4%         | 13,6%     | 100,0% |
| Subtotal                     | 16.646.150       | 12.452.406 | 29.098.556 | 100,0%        | 100,0%    | 100,0% | 57,2%         | 42,8%     | 100,0% |

Fonte: DIRPF 2018-AC 2017 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Outra tendência de mudança social diz respeito à maior participação de mulheres no total de investidores Pessoa Física na bolsa de valores. Embora sua maior participação relativa tenha ocorrido em 2012, durante a “Cruzada da Dilma” contra os juros altos brasileiros, com 25,3%, no ano corrente o número de investidoras (317 mil) está acima do dobro do número (142 mil) no fim de 2017.

| <b>Distribuição da participação de homens e mulheres<br/>no total de investidores pessoa física</b> |           |        |          |        |           |
|---|-----------|--------|----------|--------|-----------|
| Ano   | Homens    |        | Mulheres |        | Total PF  |
|   | Qtd       | %      | Qtd      | %      | Qtd       |
| 2002  | 70.219    | 82,37% | 15.030   | 17,63% | 85.249    |
| 2003  | 69.753    | 81,60% | 15.725   | 18,40% | 85.478    |
| 2004  | 94.434    | 80,77% | 22.480   | 19,23% | 116.914   |
| 2005  | 122.220   | 78,76% | 32.963   | 21,24% | 155.183   |
| 2006  | 171.717   | 78,18% | 47.917   | 21,82% | 219.634   |
| 2007  | 344.171   | 75,38% | 112.386  | 24,62% | 456.557   |
| 2008  | 411.098   | 76,63% | 125.385  | 23,37% | 536.483   |
| 2009  | 416.302   | 75,37% | 136.062  | 24,63% | 552.364   |
| 2010  | 459.644   | 75,24% | 151.271  | 24,76% | 610.915   |
| 2011  | 437.287   | 74,98% | 145.915  | 25,02% | 583.202   |
| 2012  | 438.601   | 74,70% | 148.564  | 25,30% | 587.165   |
| 2013  | 440.727   | 74,79% | 148.549  | 25,21% | 589.276   |
| 2014  | 426.322   | 75,57% | 137.794  | 24,43% | 564.116   |
| 2015  | 424.682   | 76,23% | 132.427  | 23,77% | 557.109   |
| 2016  | 433.759   | 76,90% | 130.265  | 23,10% | 564.024   |
| 2017  | 477.887   | 77,13% | 141.738  | 22,87% | 619.625   |
| 2018  | 633.899   | 77,94% | 179.392  | 22,06% | 813.291   |
| 2019  | 1.099.911 | 77,63% | 317.023  | 22,37% | 1.441.874 |

\*Posição de Setembro/2019

Como mais uma prova de as mulheres não serem diferentes, inclusive no instinto especulativo, elas superam os homens em acumulação per capita de valores em ações: R\$ 216 mil contra R\$ 196 mil. Mulheres ricas não necessitam ser consumistas alienadas, caricaturas auto impostas por “machismo” igual e contrário.

|                        | Quantidade de Investidores* | %    | Valor R\$ bilhões | %    | Per Capita R\$ |
|------------------------|-----------------------------|------|-------------------|------|----------------|
| <b>Pessoas Físicas</b> | <b>1.416.934</b>            | 100% | <b>284,21</b>     | 100% | R\$200.583,94  |
| Homens                 | 1.099.911                   | 78%  | 215,82            | 76%  | R\$196.213,85  |
| Mulheres               | 317.023                     | 22%  | 68,40             | 24%  | R\$215.745,96  |

Fonte: Perfil de Investidores B3 (BOVESPA) - set 2019 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

## Bibliografia

ANBIMA. *Estatística do Varejo e do Private Banking*. Rio de Janeiro: vários números.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*. Distrito Federal: Volume 18; Número 2; outubro 2019.

CANZIAN, Fernando. *Diferença de rendimentos entre pobres e ricos é recorde, aponta IBGE*. São Paulo: Folha de S.Paulo, 16/10/2019.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: 2019.

IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes jan-mar 2019*. Rio de Janeiro: publicado em 30/05/2019.

IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018: Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro: 2019.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rendimentos de todas as fontes 2018*. Rio de Janeiro: 2019.

MARINGONI, Gilberto. *Simonsen versus Gudin, a controvérsia pioneira do desenvolvimento*. Desafios do Desenvolvimento – Revista do IPEA. Distrito Federal; Ano 9. Edição 73 - 28/08/2012.

RECEITA FEDERAL – CETAD. *Grandes Números IRPF – Ano Calendário 2017 – Exercício 2018*. Distrito Federal: Ministério da Economia; maio 2019.

VILLAS BÔAS, Bruno. *Concentração se aprofunda no segmento agrícola segundo o Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: Valor, 28/10/2019.

VILLAS BÔAS, Bruno. *Classes A e B voltam a crescer e atingem 14,4% da população enquanto a fatia das classes D e E ficou estável, mostra FGV Social*. Rio de Janeiro: Valor, 29/10/2019.